



MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O Papel da Eslovénia no Desenvolvimento
e Integração dos Balcãs Ocidentais

ROBERTO MIGUEL ANDRADE SILVA

OUTUBRO - 2016



MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O Papel da Eslovénia no Desenvolvimento
e Integração dos Balcãs Ocidentais

ROBERTO MIGUEL ANDRADE SILVA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM ALEXANDRE DOS RAMOS SILVA

OUTUBRO - 2016

*"The future of Europe will rather
be decided at the peripheries
than in the corridors of power"*

Emil Brix (2006), diplomata austríaco.

AGRADECIMENTOS

Incapaz de encerrar todos os nomes e entidades meritorias de um justo agradecimento, coíbo-me - nesta página - à mera significância do ato, em prejuízo de um digno agradecimento a todos eles.

Ao Professor Doutor Joaquim Ramos Silva um especial obrigado pela orientação, estímulo, contribuições e disponibilidade, mesmo em distanciamento geográfico meu.

À Professora Doutora Jelena Juvan da Universidade de Ljubljana, agradeço o valiosíssimo contributo facultado com a gentil disponibilização do seu artigo científico.

Apraz-me referenciar todos os que fizeram parte dos tantos meses de intensa vida multicultural em Lisboa e vivências singulares na Eslovénia e que – num registo mais ou menos direto - contribuíram para esta dissertação. Reconheço com especial atenção o contributo de Aljoša Krajnc na introdução ao espaço dos Balcãs, assim como a Alican, Álvaro, Dominika, Filipe, František, Lara, Livia, Maj, Markét, Nuša, Paulina, Sanja, Silvija e Vita pelo apoio e amizade incondicional: najlepša hvala prijatelji, vedno ste bili pomembni na tej poti.

Deixo ainda um reconhecimento a todos os que poderei ter negligenciado em detrimento dessas vivências.

Retribuo, enternecidamente, a Sasha - дякую за натхнення - e a Ana, pela confiança e constância.

E finalmente, dirijo-me a Sofia, a meu Pai e a minha MãE por personificarem porto, amparo e tudo o resto: gratidão.

Qualquer falha nesta dissertação será só minha, todavia.

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – POLÍTICO DOS BALCÃS OCIDENTAIS.....	3
2.1. Caracterização geopolítica genérica do espaço.....	3
2.2. Do fim da Segunda Grande Guerra aos fenómenos de desintegração dos anos 1990.....	5
2.3. O novo milénio e a integração europeia dos Balcãs ocidentais	8
3. O PAPEL DA ESLOVÉNIA NO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS BALCÃS OCIDENTAIS.....	11
3.1. Enquadramento teórico: a Eslovénia como pequeno estado no quadro da política externa internacional.....	11
3.2. A evolução económica da Eslovénia	15
3.3. A política externa eslovena para com os Balcãs ocidentais.....	17
3.4. As vantagens comparativas da Eslovénia	24
3.5. Os entraves a uma maior voz: os diferendos bilaterais, os novos atores e as oportunidades perdidas.....	27
3.6. Discussão da estratégia de política externa eslovena.....	29
4. CONCLUSÃO.....	32
BIBLIOGRAFIA	36
ANEXOS	43
Figuras.....	43
Quadros	46

ACRÓNIMOS

- APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BiH - Bósnia e Herzegovina
- CEFTA - Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio
- CoE - Conselho da Europa
- DAC - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
- EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre
- ELK - Exército de Libertação do Kosovo
- EUA - Estados Unidos da América
- FYROM - Antiga República Jugoslava da Macedónia
- HSN - *Human Security Network*
- IAEA - Agência Internacional de Energia Atómica
- IDE - Investimento Direto Estrangeiro
- MAARI - Iniciativa Regional sobre Migração, Asilo e Refugiados
- MFA - *Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Slovenia*
- MTC II - Mecanismo de Taxas de Câmbio II
- NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- ONG - Organização Não-Governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- RECOM - Comissão Regional para o estabelecimento de factos sobre crimes de guerra e outras violações cometidas no território da Ex-Jugoslávia
- SAA - Acordos de Estabilização e Associação
- SAP - Processo de Estabilização e Associação
- SECI - Iniciativa de Cooperação do Sudeste Europeu
- SEDM - Iniciativa Ministerial de Defesa do Sudeste Europeu
- SEEC - *Southeast Europe Clearinghouse Initiative*
- UE - União Europeia
- UN SC - *United Nations Security Council*
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

Após abandonar o bloco jugoslavo em 1991, a Eslovénia procurou distanciamento do teatro violento de desintegração de estados experienciado nos Balcãs ocidentais, direcionando a sua estratégia de política externa para a integração nas instituições euro-atlânticas. O virar do milénio e o cumprimento dos objetivos de plena adesão à UE e ao bloco da NATO deixariam a Eslovénia sem um propósito claro de direcionamento externo. Consciente da sua condição de pequeno estado, reviu-se na sua experiência histórica, proximidade geográfica e ambiente normativo interno e externo para formular uma nova estratégia de política externa com vista à cooperação para o desenvolvimento dos Balcãs ocidentais.

Através da revisão literária e da análise crítica a algumas das iniciativas eslovenas neste campo, procura-se auferir se a cooperação eslovena tem apresentado capacidade para fomentar o processo de desenvolvimento e integração europeia destes países; quais as suas condições estratégicas como pequeno estado e que entraves se levantam à atribuição de uma maior voz aos seus *decision-makers* neste processo.

O presente documento argumenta que a Eslovénia contribuiu até certa medida para a perspetiva europeia da região, mostrando-se capaz de fomentar o seu desenvolvimento através de uma estratégia de política externa que procurou - mantendo em vista a consecução dos seus próprios interesses - um papel de intermediação entre a UE e os países dos Balcãs ocidentais.

Palavras-Chave:

Balcãs Ocidentais; Eslovénia; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Integração Europeia; União Europeia; Política Externa.

ABSTRACT

Following the split from Yugoslavia in 1991, Slovenia sought distance from the fierce state disintegration theater experienced on the Western Balkans region, aiming its foreign policy strategy to the integration on the Euro-Atlantic institutions. The turn of the millennium and the fulfillment of the membership goals at NATO and EU would leave Slovenia without a clear purpose of foreign direction. Aware of its condition as a small state, the country reviewed on its historical experience, geographical proximity and internal and external settings to formulate a new foreign policy strategy in order to pursuit cooperation for development of the Western Balkans.

Through literature review and critical analysis of some of the Slovene initiatives in this field, we seek to ascertain if Slovenian cooperation was able to foster the development and European integration of these countries; which strategic conditions the country holds as a small state and which obstacles arise to the provision of greater voice to their decision-makers in this process.

This paper argues that Slovenia contributed in some extent to the European perspective of the region, being able to foster its development through a foreign policy strategy that sought – while keeping the prospects of achieving its own interests - an intermediary role between the EU and the Western Balkans.

Keywords:

Western Balkans; Slovenia; International Cooperation for Development; European Integration; European Union, Foreign Policy.

1. INTRODUÇÃO

Os legados históricos têm uma influência significativa sobre as identidades, relacionamentos e papéis das nações europeias do século XXI.

Ao apresentar as prioridades para a presidência portuguesa do Conselho da UE em 2007, Álvaro Mendonça e Moura, Representante Permanente de Portugal na ONU, afirmou que por causa do seu passado colonial o foco de Portugal na política externa aconteceria ao nível da cooperação com o continente africano (Petrovič, 2009, p. 54). Dois meses depois, o então primeiro-ministro esloveno Janez Janša declararia que “*na região [dos Balcãs Ocidentais] a Eslovénia tem interesses que são semelhantes aos interesses de Portugal em África*” (ibid., p. 54-55).

A região dos Balcãs ocidentais¹ serve de teatro a uma instabilidade de espectro secular motivada pela tríade de choques étnicos, religiosos e nacionalistas.

Após um período de maior desanuviamento dos conflitos sob o bloco jugoslavo, o espaço testemunharia um processo violento de desintegração de estados na década de 1990. Seria a Eslovénia a iniciar o fenómeno, levando as restantes repúblicas a reclamar iguais oportunidades de independência. No novo milénio, estes países procuram o desenvolvimento e a integração europeia, um trajeto já percorrido pela Eslovénia.

Com as adesões em bloco à UE em 2004 e 2007, alguns pequenos estados do centro e leste da Europa cumpriram um dos seus principais objetivos de política externa e procuraram um novo direcionamento. A Eslovénia, parece ter encontrado na

¹ Sempre que a referência aos Balcãs ocidentais surgir nesta dissertação estará associada à região composta pelas nações oriundas da fragmentação da Antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia - com exceção da Eslovénia - e onde se inclui a Bósnia e Herzegovina (BiH), a Croácia, a autoproclamada República do Kosovo, o Montenegro, a República da Macedónia (FYROM) e a Sérvia. O termo não é, todavia, consensual (por exemplo, Meurs, 2000; Bojinovič, 2005).

cooperação com a região dos Balcãs ocidentais o espaço primário de ação para a sua nova estratégia de política externa (Zupančič & Hribernik, 2011).

Face ao evidenciado após este novo posicionamento, tem a cooperação eslovena se apresentado capaz de fomentar o processo de desenvolvimento e integração europeia dos Balcãs ocidentais? A presente dissertação assume este dilema como o seu problema de investigação.

No enalço de uma análise crítica à evolução da política externa do governo esloveno neste processo, procurar-se-á a desconstrução da problemática através da orientação dada pelas seguintes questões de investigação: perante o contexto de uma região com elevado grau de complexidade e conflitualidade, (1) quais as condições de carácter estratégico (políticas, económicas, etc.) que permitem à Eslovénia, na sua condição de pequeno estado, desempenhar um papel agregador na persecução do desenvolvimento do espaço e (2) quais os entraves à atribuição de uma maior voz aos seus *decision-makers* neste processo?

O estudo do problema de investigação poderá ainda permitir inferir ilações coniventes à investigação do papel e capacidade dos pequenos estados (e economias), no exercer de compromissos em regiões maiores, no quadro do desenvolvimento. O paradigma da política externa dos pequenos estados no panorama das relações internacionais assumir-se-á, então, o *theoretical framework* desta dissertação.

Numa abordagem metodológica assente na análise documental e na revisão literária, as estratégias de política externa eslovena serão consideradas pelo estudo de conteúdo de fontes primárias e secundárias, sendo olhadas à luz da observação crítica de resultados evidenciados em eventos passados. Ambiciona-se assim uma reflexão sobre a problemática e não o desenvolvimento de uma avaliação extensiva do papel da

Eslovénia no desenvolvimento do espaço – até porque o âmbito; escassez de autores a produzir diretamente sobre o objeto, em proximidade temporal; e a constância da turbulência política do espaço, não o permitiriam.

À revisão literária com foco no paradigma das estratégias de política externa dos pequenos estados, seguiram-se análises a autores que trataram o fenómeno de desintegração da Antiga Jugoslávia e o desenvolvimento e integração europeia dos Balcãs ocidentais. As especificidades e estratégias da política externa eslovena para com o espaço foram depois analisadas à luz dos documentos emanados pelo seu governo e pela produção científica de outros autores.

Alguns documentos provindos da UE parecem apelar à divisão de tarefas na cooperação para o desenvolvimento e a um foco dos países para espaços onde apresentam vantagens comparativas. A importância do estudo deste tópico advém deste pressuposto, mas é reforçada pela produção literário-científica escassa sobre esta região no nosso país [Portugal] em detrimento do foco em espaços como a África lusófona.

A presente dissertação não se encontra, contudo, completa ou livre de críticas, mas deverá servir de contributo para o futuro estudo do tópico.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – POLÍTICO DOS BALCÃS OCIDENTAIS

2.1. Caracterização geopolítica genérica do espaço

A Península Balcânica (Figura 1) reúne um conjunto de países que apresentam uma posição de fragilidade ímpar na Europa, mas será na sua faixa ocidental que se configuram as maiores vulnerabilidades ao nível da segurança e *good governance*. A sua instabilidade é revelada pela assiduidade de cinco países dos Balcãs ocidentais entre os dez maiores recetores europeus de APD (Quadro 1 com o exemplo do ano de 2014).

A estância geográfica da região participa das responsabilidades deste subdesenvolvimento. O relevo irregular, o isolamento e as terras inférteis demarcam geograficamente a BiH, o Montenegro, o sudoeste da Sérvia, o interior da Dalmácia e o norte do Kosovo. E embora na Sérvia e na *FYROM* se encontrem solos férteis, permaneceriam subdesenvolvidos dado o “*mau planeamento económico e isolamento geográfico*” (Boduszynski, 2010, p. 50-51). Assente num “*mundo compartimentado de difícil circulação que favoreceu os particularismos (...) e na encruzilhada entre impérios expansionistas*” (Álvarez, 2008, p. 21), a circunstância geográfica da região adjudica-a ainda a uma posição de *gateway* entre o ocidente e o oriente.

Historicamente, o controlo do espaço seria cobijado pelas grandes potências dada a presença de importantes linhas de abastecimento que ligavam o Bósforo aos poderes centrais. Com o recuo dos Otomanos após os conflitos bélicos do séc. XIX e XX, surgiriam os avanços do Império Austro-Húngaro e, em menor grau, os intentos gregos e italianos. Além das claras ambições expansionistas, os seus interesses estendiam-se à proteção das suas afiliações nos Balcãs. Outros atores, fora das áreas imediatas, interviriam também nos jogos de equilíbrio de poder, em especial, a Rússia – pela identificação aos povos eslavos – e a França, Inglaterra e Alemanha, particularmente, no período das Grandes Guerras. Com as hostilidades na década de 1990, os EUA tornar-se-iam o ator determinante (Rahten, 2010, p. 139), vindo a ser substituídos pela UE com o avançar do novo milénio (Gallagher, 2005, p. 160).

A região detém recursos naturais que incluem minerais como o betume e o carvão, e encontra-se associada a projetos de transporte de energia (Marketos, 2008; Črnčec & Konoplyov, 2010, p. 14). Embora capitalizando as atenções dos agentes externos, estes recursos não existiam em quantidades justificativas de uma defesa

militar constante por sua parte, deixando os Balcãs ocidentais subjugados a interesses precários.

O espaço possui uma multiplicidade étnica e religiosa única, constituída maioritariamente por sérvios, croatas, bosníacos e albaneses que convivem, predominantemente, sob as religiões católica, católica-ortodoxa e muçulmana (consultar o Quadro 2). Entre estes estados de elevado nível de heterogeneidade, a BiH sobressai-se como o caso mais marcante.

Com tamanha pluralidade e influência externa, um pequeno conflito nos Balcãs ocidentais mostrava-se como um instigador de capacidade exponencial para movimentos bélicos. A Primeira Guerra Mundial nasceria na região e o espaço não esteve imune aos conflitos da Segunda Grande Guerra. O controlo estratégico dos Balcãs é então identificado pelas grandes potências como conivente à proteção de interesses muito mais vastos.

No presente, a atenção para o espaço surge ainda pelas possíveis ações do autoproclamado Estado Islâmico. Os Balcãs ocidentais com a sua pobreza relativa, situação política instável e comunidade muçulmana, poderão tornar-se um campo de recrutamento fértil para grupos radicais (*New Eastern Europe*, 2016). Utilizados como corredor até a Europa central e do norte, também a crise de refugiados do ano de 2015 e inícios de 2016 mostra potencial para se transformar numa crise humanitária.

2.2. Do fim da Segunda Grande Guerra aos fenómenos de desintegração dos anos 1990

Após o cessar da Segunda Grande Guerra, os Balcãs ocidentais conheceriam um período de relativa estabilidade sociopolítica.

Com o surgimento da República Federativa Popular da Jugoslávia após o conflito, instaurou-se um sistema socialista que reuniu seis repúblicas (Eslovénia, Croácia, Sérvia, Montenegro, República da Macedónia e Bósnia e Herzegovina) e duas regiões autónomas (Kosovo e Voivodina) sob uma federação chefiada pelo Marechal Josip Broz Tito, mais tarde, presidente vitalício. A partir de 1963 como República Socialista Federativa da Jugoslávia, a federação revelar-se-ia um sistema socialista com características particulares: não permanecendo sob a esfera de influência da URSS nem se associando oficialmente ao bloco capitalista, coligou-se ao Movimento dos Não-alinhados no qual foi uma das maiores forças. O sistema jugoslavo apenas apresentou coletivização forçada até 1953 e manteve relativa liberdade dos meios de comunicação e das manifestações culturais étnicas (Álvarez, 2008, p. 32-35). Em meados dos anos 1960, com uma população de 20 milhões de pessoas, a Jugoslávia possuía como línguas oficiais o servo-croata², o macedónio e o esloveno (Magner, 1967, p. 335).

O conceito de unidade e igualitarismo entre repúblicas de Josip Tito aparentou atenuar os conflitos seculares (Rahten, 2010, p. 137), mas duraria somente até ao início da década de 1980, quando a morte do líder obrigou a reformas políticas que não lograram boa implementação. No início da década de 1990, a Eslovénia e a Croácia, repúblicas economicamente mais desenvolvidas³, não mais queriam pertencer a um sistema de redistribuição de riqueza que condicionava os seus proveitos em prol das repúblicas mais a sul. Iniciariam então o processo de desintegração levando as restantes repúblicas a exigir iguais oportunidades face ao governo centralizado em Belgrado.

² O servo-croata, falado por cerca de três quartos da população jugoslava, seria motivo de controvérsia. Nas palavras de Magner (1967, p. 344), “*o desejo dos croatas para manter e reforçar a sua variante ocidental atinge os sérvios como uma atitude paroquial e separatista, enquanto os croatas assistem ao esforço da Sérvia para disseminar a sua variante oriental como arrogante e unitarista*”.

³ Atente-se que a Eslovénia, apesar da sua pequena dimensão, contribuía com um quarto do PIB da Antiga Jugoslávia e mais de um terço das suas exportações (Petrovič, 2009, p. 56).

A Eslovénia proclamou a sua independência a 26 de junho de 1991, conduzindo a 10 dias de conflitos até um cessar-fogo. O país conseguiria executar o processo de desintegração com relativa agilidade, dada a homogeneidade da sua população constituída à época por 90% eslovenos católicos e pelas motivações fundamentalmente económicas (Aguilar, 2003, p. 287). A 15 de janeiro de 1992, a Comunidade Europeia reconheceu o estado e a 22 de maio do mesmo ano tornar-se-ia membro da ONU.

Outros territórios não experienciarão tamanho desembaraço. A Croácia registou conflitos violentos com as forças jugoslavas desde a declaração de independência em junho de 1991 até 1995; e a República da Macedónia⁴, embora independente após plebiscito já em setembro de 1991, lidaria com uma transição dificultada pela larga minoria albanesa e pelas objeções impostas pelo governo grego dada a sua região fronteiriça com a mesma denominação.

Conquanto isto, terá sido a BiH a testemunhar os maiores choques nacionalistas, étnicos e religiosos. Os confrontos conduziram ao genocídio e estenderam-se de 1992 a 1995, cessando com o Acordo de Dayton que dividiu o país entre sérvios, bósnios-muçulmanos e croatas por intermédio da formação de várias entidades territoriais: a Federação Bósnio-Croata, a República *Srpska* e o distrito etnicamente-misto de Brčko.

Também o Kosovo⁵ registou confrontos violentos, alicerçados no desejo de independência face à Sérvia pela maioria muçulmana albanesa. Em 1998, sob o ELK, albaneses radicais intensificaram o volume de ofensivas no sul da Sérvia. O uso indiscriminado de força por parte das forças jugoslavas surgiu como resposta, motivando intervenções da NATO na Sérvia e no Montenegro em 1999. Apenas em 2008 o estado se declararia independente, embora de forma unilateral.

⁴ Admitida nas Nações Unidas em abril de 1993 com o nome de Antiga República Jugoslava da Macedónia (*FYROM*) segundo a Resolução 817 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁵ Segundo a Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A década de 1990 evidenciaria assim na região um fenómeno complexo de desintegração de estados paralelo a transições do modelo socialista para a democracia baseada na economia de mercado. A intervenção da ONU representou a sua maior mobilização até à data, mas o seu papel como mediador foi alvo de duras críticas após incidentes como o *Massacre de Srebrenica* (Alves, 2014, p. 11-13).

A República Federal da Jugoslávia daria lugar, em 2003, à União Estatal da Sérvia e Montenegro. A pressão de grupos separatistas levaria por fim à independência do Montenegro, aprovada após plebiscito em 2006, sendo reconhecido por várias nações, incluindo a Sérvia - estado remanescente - em dias subsequentes.

2.3. O novo milénio e a integração europeia dos Balcãs ocidentais

A estratégia europeia para os Balcãs ocidentais foi delineada na Declaração de Zagreb (2000), marco do início da estratégia europeia para a integração da região, sendo reconfirmada na Cimeira de Salónica (2003) onde ficou declarado que “*o futuro dos Balcãs se encontra na UE*” (European Commission, 2003, p. 1). Várias iniciativas europeias para a região seriam promovidas desde o início do milénio⁶.

A integração destes países começaria por acontecer com a adesão eslovena à UE em 2004, seguindo-se a Croácia em 2013. O período relativamente moroso entre a adesão do primeiro e a do último mostrou-se pautado por críticas à atuação europeia. Nas palavras de Fernando Gentilini (2007, p. 51), “*a Europa em Maastricht não ouve pedidos de ajuda da Europa em Sarajevo*” e ao conjunto de instrumentos e pré-requisitos para a adesão apontava-se ambiguidade (Szemplér, 2008, p. 20-21).

A região era, porém, legitimada como geopoliticamente europeia e prioritária, dados os critérios de atuação da UE baseados em importância por proximidade. O

⁶ O Quadro 3 enumera algumas destas iniciativas.

alargamento foi visto como favorável à consolidação da UE como ator global (Rahten, 2010, p. 138) e, simultaneamente, um consenso sobre a necessidade da integração era encontrado entre académicos, decisores políticos e povos dos Balcãs (Belloni, 2009; Qorraj, 2010). Pesquisas de opinião levadas a cabo na primeira década do milénio mostravam níveis regulares de apoio popular ao projeto europeu entre os 75-85% (Belloni, 2009, p. 3).

Muitas questões afiguram-se, no entanto, de resolução complexa. Em destaque, a independência do Kosovo, não reconhecido por todos os estados-membros, prejudicando a estabilidade de toda a região (Bislimi, 2010, p. 46; Stoyanova, 2011). A Sérvia, assim como os principais atores ocidentais, ditam ainda parte das suas decisões políticas e o Kosovo não pode efetuar um uso produtivo dos seus recursos económicos (Kushi & Kushi, 2015) - a sua soberania é então, ainda contestável. À BiH, Macedónia e Montenegro, aponta-se a necessidade urgente de adotar políticas fomentadoras das componentes de crescimento económico, nomeadamente, a captação de fluxos de IDE e a acumulação de capital (Gracer, 2013, p. 27-28). A corrupção evidencia-se entre as elites políticas do espaço, as reservas de capital humano são limitadas dado o fenómeno de *brain drain* e o desemprego encontra-se em níveis severos.

A região não poderá assim “*lidar com sucesso*” com todos “*os desafios da transição sem assistência estratégica da UE*” (Minchev, 2010, p. 127) e atente-se que o impacto dos seus constrangimentos estende-se, de igual forma, ao espaço da UE, particularmente, nas áreas do crime organizado, terrorismo, refugiados, imigração ilegal e tráfico (Petrovič, 2009, p. 47; Woehrel, 2009, p. 9-10).

A descrença no projeto europeu cresceria, porém, com o avançar do milénio⁷ e as crises internas, pressões migratórias, alargamentos a leste e o referendo *Brexit*, fomentariam o ceticismo dos líderes europeus para com novas adesões (Ledger, 2016).

As fragilidades e limitações da UE e da sua união monetária estão hoje mais expostas do que nunca, tal não se omite, mas em geral – e independentemente do fado futuro da UE - acredita-se nesta dissertação que uma união económica e monetária, por requerer maior estabilidade macroeconómica e apelar a instrumentos estruturais, constituirá uma das formas para dar os “*incentivos certos*” a uma “*inserção vantajosa na economia internacional*” de uma pequena economia. Ainda que insuficiente, “*não há competitividade externa sustentada e duradoura em situação de descontrolo orçamental e de instabilidade macroeconómica persistentes*” (Silva, 2013, p. 9).

Conquanto as intenções e críticas, não se reconhece ao momento possibilidades de uma adesão conjunta dados os distintos níveis de europeização. O quadro seguinte sintetiza e situa cada estado neste percurso até à adesão na UE (Quadro A).

Quadro A - Data do cumprimento de momentos relevantes no processo de adesão à UE pelos países dos Balcãs ocidentais

	Assinatura dos SAA	Pedido de adesão à UE	Comissão emite opinião positiva	Conselho confere estatuto de candidato	Início das negociações de adesão	Adesão à UE
Bósnia e Herzegovina	2008	2016	-	-	-	-
Croácia	2001	2003	2004	2004	2005	2013
República da Macedónia	2001	2004	2005	2005	-	-
Kosovo	2015	-	-	-	-	-
Montenegro	2007	2008	2010	2010	2012	-
Sérvia	2008	2009	2011	2012	2014	-

Fonte: Quadro da autoria do autor. Dados em conformidade com a European Commission (2016).

⁷ No referendo croata de 2012 sobre a adesão, 66.1% dos cidadãos votaram a favor, em contrapartida com o apoio de 85% registado em 2003. Na Sérvia, em 2016, apenas 55% dos sérvios admitiam-se favoráveis à integração europeia (Pantovic, 2016).

A assinatura dos Acordos de Estabilização e Associação (SAA) constitui o primeiro momento significativo na adesão destes países à UE. Firmado pela BiH em 2008 e pelo Kosovo em 2015, estes estados apresentam os percursos que se adivinham mais longos até à integração. A Sérvia e o Montenegro, já com fase de negociações iniciada, constituirão provavelmente as próximas adesões. Todos os países da região que ainda não integram a UE encontram-se sobre o bloco económico da CEFTA.

Desde agosto de 2014, o Processo de Berlim constitui a mais importante plataforma de cooperação regional destes países. Supervisionada pela Comissão Europeia, também a Croácia e a Eslovénia estão envolvidas nas negociações na qualidade de apoiantes principais.

Atendendo que o atual instrumento principal da UE para o financiamento dos Balcãs ocidentais - o Instrumento de Assistência para a Pré-Adesão II – se irá manter em vigor até 2020, não existirão reais possibilidades de adesão de qualquer um destes países antes da data. O processo de alargamento em curso dos Balcãs Ocidentais é, contudo, parte da já estabelecida *South East Europe 2020 Strategy* (Regional Cooperation Council, 2003).

3. O PAPEL DA ESLOVÉNIA NO DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS BALCÃS OCIDENTAIS

3.1. Enquadramento teórico: a Eslovénia como pequeno estado no quadro da política externa internacional

O colapso da ordem mundial bipolar acompanhou o surgimento de um grande número de pequenos estados⁸ europeus.

⁸ Para uma análise mais pormenorizada do conceito e características de pequeno estado no âmbito aqui tratado, consultar Zupančič & Hribernik (2011).

A limitação de fontes de *hard power* e recursos próprios motivaram estas nações a depender do seu *soft power* (Svetličič & Cerjak, 2015, p. 6) e a procurar adotar estratégias de política externa adequadas, onde se incluem a exploração de nichos políticos no campo das relações internacionais e o uso vantajoso de fatores ligados à estrutura do processo de negociação, como a mediação (Bojinovič, 2005, p. 10).

Através desta abordagem, os pequenos estados procuram um campo de cooperação específico onde poderão transformar os seus recursos e *capabilities* em favorecimento dos seus objetivos de política externa (Šabič, 2002, p. 6), podendo estes representar mesmo "vantagens comparativas" face a outros estados, como é exemplo, o conhecimento, experiência ou a tradição (Zupančič, 2003, p. 103).

A uma teoria política tradicional com compreensão limitada das habilidades e possibilidades de ação dos pequenos estados nas relações internacionais – associando-os a uma política externa passiva, de não-compromisso ou à neutralidade (Bojinovič 2005, p. 9) - assistimos a uma mudança no entendimento da geopolítica pós-moderna em que fatores como o tamanho do território e o volume populacional não apresentam o fundamentalismo restritivo do passado, realçando-se as oportunidades para os pequenos atores (Damijan, 1996; Črnčec, 2010, p. 39; Bregant, 2012, p. 97).

A História e a geografia são determinantes do ambiente de política externa de um pequeno estado (Benko, 1997, p. 233) e a sua atuação pode acontecer, para vários autores (por exemplo, Benko, 1992; Petrič, 1996; Mouritzen, 1998; Bojinovič, 2005; Petrovič, 2009; Bregant, 2012), num campo de cooperação onde utiliza as *capabilities* decorrentes da sua posição geográfica e experiência histórica como base para eleger os seus campos primários de cooperação e a sua estratégia de política externa.

Compreendida num território de 20.273 km² e com uma população de 2.063.371 habitantes⁹, a República da Eslovénia encontra-se simultaneamente entre os países europeus mais pequenos e menos populosos. A Eslovénia é, por todos os critérios, um pequeno estado, com um auto-posicionamento regional (Fenko & Šabič, 2013) e uma pequena economia (Glas et al., 1999; Lejko & Bojnec, 2011).

Em referência à sua política externa, Zupančič & Hribernik (2011, p. 38) escrevem: *“o que pode um pequeno país, contribuindo menos de 0.5% para a população da UE e produzindo 0.3% do seu PIB, fazer no corrente state of affairs? (...) É difícil confiar em outra coisa que não os instrumentos de soft power (...) o mais importante instrumento para os pequenos países, como a Eslovénia, uma vez que existem certos nichos (...) que necessitam de ser preenchidos”*.

Como pequena economia aberta, as suas empresas e políticas governamentais sempre estiveram muito dependentes da dinâmica global¹⁰ e a internacionalização é parte inseparável da sua estratégia de desenvolvimento (Emerging Europe, 2016). O seu mercado só cunhará o interesse de empresas multinacionais encontrando-se bem inserido em mercados regionais e globais que reduzam a sua carência de escala.

A Eslovénia foi, ao mesmo tempo, uma economia em transição, e embora pequenas economias em transição sejam frequentemente caracterizadas como menos benéficas para se fazer negócio, dado o maior nível de risco e limitação de recursos, vários autores reconhecem nestas condições fatores impulsionadores de atividades internacionais e à maior propensão para gerar empresas nascidas globais (Lejko & Bojnec, 2011, p. 352). Alguns empreendimentos eslovenos seguiriam este modelo de

⁹ *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

¹⁰ A Figura 2 evidencia a evolução do rácio das exportações de bens e serviços eslovenos em função do PIB, apresentando valores eminentes que se situam hoje acima dos 70%.

internacionalização (Glas et al., 1999) e os empresários eslovenos tornar-se-iam extremamente flexíveis nas atividades com o exterior (Lejko & Bojnec, 2011, p. 356).

Conquanto a sua dimensão, a posição geopolítica eslovena é de importância assinalável no espaço europeu. O território assimilou as culturas eslavas, germânicas e romanas e encontra-se na encruzilhada de três espaços geográficos: o centro, sul da Europa e o espaço adriático-mediterrânico. O estado participa ativamente em diferentes formas de cooperação regional nos três espaços¹¹ e o seu posicionamento geográfico permite-lhe estar no cruzamento de conexões territoriais, como importantes corredores de transporte¹² (Vlačič & Pavliha, 2015, p. 10), oferecendo as ligações mais curtas entre a Europa ocidental e a região do Danúbio e dos Balcãs (Government of the Republic of Slovenia, 2001), graças a “*infraestruturas bem mantidas*” (Euro Challenge, 2012, p. 1).

A sua economia encontra-se profundamente focada nos espaços regionais próximos e as atividades internacionais das suas empresas iniciaram-se aí muitas vezes, movendo-se depois para outros continentes (Lejko & Bojnec, 2011, p. 359).

O país encontra-se hoje integrado nas instituições euro-atlânticas, é membro da UE e da NATO desde 2004, integrou a Zona Euro em 2007 e a OCDE em 2010.

Em 2015, o governo esloveno aprovou um programa para promover a internacionalização para o período 2015-2020 com objetivos que passam pelo incremento anual do valor das exportações, discutindo ainda o documento *International Challenges 2015-2016*, que visa proporcionar apoio às empresas na sua internacionalização (Government of the Republic of Slovenia, 2015).

¹¹ A Eslovénia participa em diferentes iniciativas, destacando-se: a Iniciativa da Europa Central, o Processo de Cooperação do Danúbio, a SEEC, a Iniciativa Ministerial de Defesa do Sudeste Europeu, a Iniciativa Adriático-Jónica e a União para o Mediterrâneo.

¹² Pelo território esloveno passam dois Corredores de Transporte Pan-Europeus, nomeadamente, os corredores V e X.

O envolvimento contínuo em questões relevantes do foro internacional ergue-se então como um imperativo no paradigma esloveno, e o investimento nas relações com os Balcãs ocidentais é parte basilar deste processo. O sucesso deste direcionamento encontra-se, todavia, dependente da evolução do seu ambiente macroeconómico.

3.2. A evolução económica da Eslovénia

Após a depressão e inflação galopante do início da década de 1990, a economia eslovena entraria a partir de 1994 num intenso período de desenvolvimento económico baseado na acumulação interna de capital e numa base empresarial orientada para a exportação. Uma forte e emergente classe trabalhadora favoreceu a acumulação doméstica de capital, restringindo as exigências dos investidores estrangeiros para afrouxar os salários e o Estado Social (Furlan, 2014).

A partir de 2004, porém, a Eslovénia assistiria à transição deste modelo para o crescimento económico alimentado por um endividamento externo sem precedentes (ibid.). Esta mudança coincidiu com o processo de adesão à UE, ao Mecanismo de Taxas de Câmbio Europeu (MTC II) e ao euro em 2007, por substituição do *tolar*.

A convergência das taxas de juro permitiu o acesso dos bancos eslovenos ao crédito barato, dirigido particularmente para o setor empresarial, em especial, para a construção, já em sobreaquecimento. De 2004 a 2007, a Eslovénia testemunharia assim um *boom* económico com o PIB a crescer 7% em 2007 (consultar Figura 3). Devido à adoção do euro, contudo, a competitividade do setor exportador não mais pôde ser acelerada através da política monetária. Com o delicado quadro da economia global em 2008 e 2009, o *inflow* de crédito barato do exterior caiu e as bolhas no sector imobiliário e na construção eclodiram. As perdas do setor empresarial altamente alavancado

acumularam-se na banca e o país entraria em recessão em 2009, com o PIB a contrair-se 7,9% (Figura 3). O desemprego elevou-se largamente já a partir de 2008 para médias de 13% em 2013 (Figura 4). A crise da dívida soberana que se seguiu à recessão seria um resultado lógico do declínio das receitas fiscais, do aumento paralelo de gastos sociais e, mais tarde, das intervenções governamentais no sector bancário. A reduzida dívida pública de 22% em 2008 atingiria os 71% do PIB em 2013 (consultar Figura 5).

O governo que assumiu o cargo em 2012 iniciou uma série de medidas de austeridade e, nesse ano, o défice da administração pública diminuiria para os 4% do PIB, o mais baixo durante a crise (Figura 6). As medidas de austeridade motivaram no entanto uma redução do nível do PIB na ordem dos 2.5% (Figura 3) e conduziram à instabilidade política e subsequente dissolução do governo (Verbič et al, 2016). Em março de 2013 um novo executivo iniciou mandato.

Em 2011, 2012 e 2013 as *yields* dos títulos públicos a 10 anos aproximar-se-iam do nível crítico de 7%, ultrapassando-o pontualmente (Figura 7). Este fenómeno foi imediatamente atribuído à situação política instável eslovena. De facto, as respostas tardias à crise pelo governo e incapacidade para adotar reformas estruturais dada a sua instabilidade estiveram, na opinião de alguns autores (Oreskovic, 2012; Verbič et al, 2016), na origem dos principais problemas macroeconómicos eslovenos.

O país uma vez referenciado como "*uma Suíça dos Balcãs*" começaria a ser invocado como "*o próximo Chipre*", em referência a um possível resgate externo (Maddowall, 2015a). Os problemas da Eslovénia eram, na verdade, bastante distintos: o sistema financeiro cipriota estava intimamente ligado à economia grega e a recapitalização dos seus bancos representou uma imensamente maior fatia do seu PIB (Foxman, 2013). Os problemas da Eslovénia, parcialmente resultantes de um *asset*

bubble, assemelhavam-se mais à conjuntura espanhola ou irlandesa (Foxman, 2013), não possuindo ainda assim iguais níveis de endividamento (Verbič et al, 2016).

O governo recém-eleito de 2013 conseguiria contudo satisfazer os mercados financeiros quando anunciou o resgate dos bancos, grande parte estatais, em dezembro de 2013. As injeções de capital quase duplicaram a dívida pública que, ainda assim, permaneceu abaixo da média dos países da UE (ibid.). A instabilidade continuaria todavia, com nova dissolução e eleições antecipadas em julho de 2014.

Com as medidas graduais e estabilidade do novo governo, as *yields* dos títulos públicos a 10 anos caíram fortemente (consultar Figura 7). A economia eslovena recuperaria, crescendo além do expectável em 2014 graças também ao renascimento do seu setor exportador (MacDowall, 2015b). O resgate dos seus bancos, avaliado nos 4,8 milhares de milhões de euros, foram cobertos com recursos próprios, sem recorrer ao resgate externo, sustentados parcialmente pela emissão de obrigações e pelo aperto fiscal incremental (MacDowall, 2015a). O emprego cessaria a sua quebra persistente, começando a crescer (Figura 4) e o défice orçamental seria controlado (Figura 6).

O melhoramento dos indicadores financeiros será simultaneamente consequência das medidas do executivo e uma externalidade das mudanças no ambiente económico global (Verbič et al, 2016, p. 224). Particularmente urgente, a Eslovénia terá ainda de lidar com a *desalavancagem* das suas empresas privadas e com as reformas e privatizações por concluir (ibid.). O país aponta 2020 como meta para o equilíbrio do seu orçamento (Macdowall, 2015a).

3.3. A política externa eslovena para com os Balcãs ocidentais

Embora a proximidade histórica com as nações a sul do seu território, um dilema entre o compromisso com a integração euro-atlântica e o interesse na estabilidade dos

Balcãs ocidentais constituiu, nas primeiras duas décadas de soberania, a tendência da política externa eslovena, segundo vários autores (p. ex., Črnčec, 2010; Juvan, 2011).

O primeiro documento oficial da Eslovénia a fazer uma referência clara e direta à necessidade de um papel mais ativo na região só seria adotado em outubro de 2002¹³ (Juvan, 2011, p. 203). Até à data, apontam-se períodos em que o estado não só se distanciou do espaço como procurou um rompimento de ligações com o território (p. ex., Kunic, 2010; Rahten, 2010; Fenko & Šabič, 2013). A sua política externa após a dissolução jugoslava seria assim dirigida como uma espécie de "*escape dos Balcãs*" e o país apresentar-se-ia a partir de então como "*um estado da europa central*" (Juvan, 2011, p. 203), com a integração euro-atlântica ao centro.

Esta europeização da política externa eslovena mostra, *a priori*, paridades com o modelo português de direcionamento europeu na década de 1980 e 1990 em detrimento das relações bilaterais e unilaterais portuguesas com a África lusófona. Embora no mesmo rumo, o caso esloveno alicerçou-se em motivações distintas. Na circunstância eslovena procurava-se, no esforço de ir ao encontro da UE e da NATO, uma dissociação ao caos experienciado no antigo espaço (federação) à qual havia feito parte (Bojinovič, 2005, p. 23). Às ligações históricas, juntava-se assim o elemento eminentemente geográfico, menos claro no caso português. Para alguns autores, porém, a "*repetição incessante de uma ênfase na identidade eslovena como Europa central e euro-atlântica*" seria reveladora de que "*nem o sujeito que a pronuncia nem o destinatário estão totalmente convencidos da sua veracidade*" (Jeffs, 2003, p. 98).

A Eslovénia atuaria então com foco único na integração política e económica às instituições euro-atlânticas, posição clara já a partir das orientações de política externa

¹³ Trata-se do *Appropriate Foreign Policy* (MFA, 2002), um documento de autoria do Ministério dos Negócios Estrangeiros e adotado pelo governo em outubro de 2002.

enunciadas em 1991¹⁴ e que passavam, também, pela saída definitiva da região dos Balcãs na adaptação e promoção do novo papel político na comunidade internacional.

O governo não participaria em iniciativas ligadas aos Balcãs neste período, ficando fora da Iniciativa de Cooperação do Sudeste Europeu (SECI) de 1996 por receios de que a sua participação fosse interpretada como um ato de restabelecimento com a Antiga Jugoslávia pela oposição (Bučar & Šterbenc, 2002, p. 105). Ainda na Declaração de Política Externa adotada em 1999¹⁵, a nação continuaria a centrar os seus objetivos de política externa na adesão plena à UE e à NATO; no papel ativo na ONU, OCDE, OMC, CEFTA, EFTA e na estreita cooperação com os países da Europa central.

A confirmação da qualidade de membro associado da UE em Junho de 1996 assinalaria porém o principiar de uma transformação profunda do posicionamento da sua diplomacia externa (Črnčec, 2010, p. 32). Participaria da SECI no ano seguinte e iniciaria uma tentativa de reaproximação à região dos Balcãs ocidentais.

Alguns autores (por exemplo, Fenko & Šabič, 2013, p. 11) apontam que a mudança de direcionamento da política externa a partir de então, não seria apenas consequente do ambiente normativo interno, mas simultaneamente pressionada pela UE e pela NATO que, a partir do final da década de 1990, fortemente condicionaram a (re)integração eslovena no sudeste europeu para o progresso esloveno na via da integração euro-atlântica. Não obstante, a orientação da Eslovénia para os Balcãs ocidentais, mais do que resultado de um *external pull* ou sentimentos de solidariedade, terá sido também impulsionada por motivos pragmático-estratégicos.

De alguma forma, o distanciamento para com os Balcãs até então terá sido convenientemente administrado: a adesão à UE em 2004 seria vista pela imprensa e

¹⁴ *Assembly of the Republic of Slovenia* (1991).

¹⁵ *Ministry of Foreign Affairs* (1999), aprovada pelo Parlamento da República da Eslovénia a 17 de Dezembro de 1999.

expressão dominante de políticos eslovenos e estrangeiros como um “*regresso a casa, (...) ao grupo das nações da Europa ocidental onde sempre pertenceu, em virtude da sua cultura, história e civilização*”¹⁶ (Petrovič, 2009, p. 10).

O virar do milénio e o cumprimento destes objetivos deixaram a Eslovénia sem um propósito claro de política externa. Procurando reinventar-se, identificou a assistência às repúblicas ex-jugoslavas no processo de integração europeia como meta (Juvan, 2011, p. 203-204). O estado desejava estabelecer-se como uma ponte entre a UE e os estados dos Balcãs ocidentais, promover relações bilaterais de longo prazo e confirmar a sua reputação como conhecedor do espaço entre os restantes estados membros (ibid.). Na nova estratégia de política externa, a perceção previamente negativa do espaço seria então transformada em oportunidade (Bregant, 2012, p. 102).

O país incluiria então já na Declaração de Política Externa de 1999 uma referência ao reconhecimento de que “*com base nas suas predisposições geográficas, políticas, económicas e históricas, a Eslovénia pode oferecer bons ofícios para resolver situações complicadas na sua vizinhança*” (MFA, 1999). Este direcionamento seria intensificado no *Appropriate Foreign Policy* de 2002 (MFA, 2002) onde surge: “*a Eslovénia não é somente um estado da Europa Central; a sua identidade é também construída sobre a sua tradição mediterrânica e conexão ao sudeste da Europa; portanto, poderia ser uma ponte entre diferentes regiões europeias; lucrar com esta posição; e assumir o papel de leading connoisseur (...) nos problemas políticos, económicos e outros do sudeste da Europa*”.

Neste seguimento, em 2004 a *Southeast Europe Clearinghouse Initiative* (SEEC) foi lançada pela Eslovénia e pelos EUA como permanentes *co-chairing*

¹⁶ Refira-se que as raízes europeias eslovenas advêm já do período em que esteve sob o Império Austro-Húngaro antes da 1ª Grande Guerra.

countries. Ao centro, a intenção de introduzir uma iniciativa informal capaz de eliminar qualquer duplicação de cooperação em matéria de reformas de defesa na região. Vários encontros realizaram-se na Eslovénia e representações de mais de 30 países marcaram presença. As avaliações aos encontros foram positivas e a iniciativa provaria ser “*um capítulo completamente novo na cooperação regional*” (Selan, 2010, p. 158).

A grande oportunidade para a Eslovénia evidenciar capacidade e o novo direcionamento surgiria no primeiro semestre de 2008 quando assumiu a presidência do Conselho da UE a propósito do sistema de rotatividade deste Conselho. O país identificou diferentes prioridades¹⁷ e, de acordo com Kajnc̆ (2009), enquanto grande parte se ligavam à agenda herdada da anterior presidência, o foco sobre a perspectiva europeia dos Balcãs ocidentais representou a verdadeira prioridade de interesse esloveno. Desde o início o país procurou colocar o espaço no topo da agenda europeia e o período da presidência coincidiria com a declaração unilateral de independência do Kosovo em fevereiro de 2008.

Após este período, o país continuaria ativo na região. Numa tentativa de posicionar a Eslovénia como ator capaz de resolver conflitos políticos, a Eslovénia organizaria em março de 2010 uma conferência sobre os Balcãs ocidentais com ênfase na resolução do impasse no Kosovo e a fim de iniciar o chamado Processo de Brdo (*Brdo Process*) - uma forma informal de cooperação que procurava reunir, pela primeira vez, todos os líderes dos países dos Balcãs ocidentais. A conferência “*Together for the European Union: Contribution of the Western Balkans to European Future*” realizou-se em *Brdo Pri Kranju*, na Eslovénia, organizada pelo primeiro-ministro esloveno Borut

¹⁷ Definidas como: (1) o futuro da União e a entrada em vigor oportuna do Tratado de Lisboa; (2) o lançamento bem-sucedido do novo ciclo Estratégia de Lisboa; (3) o tratamento das questões do clima/energia; (4) o reforço da perspectiva europeia dos Balcãs ocidentais; (5) a promoção do diálogo no contexto do Ano Europeu do Diálogo Intercultural (*Slovenian Presidency of the EU*, 2008b).

Pahor e homónimo croata, Jadranka Kosor. Os chefes de governo da Albânia, BiH, Croácia, Kosovo e *FYROM* estiveram presentes e quatro reuniões a nível ministerial seguiram a reunião inicial. Nestes encontros reunir-se-iam pela primeira vez todos os Ministros da Justiça da região, abordando o futuro comum e questões sensíveis na área da Justiça e Assuntos Internos.

O Processo de Brdo, “já reconhecido pela comunidade internacional”, é perfilado como “*motor do desenvolvimento político e global da região*” (Vlačič & Pavliha, 2015, p. 5). Como iniciativa informal, reuniu representantes pares de diferentes países que em outras circunstâncias não participariam. Sob o Processo seriam ainda promovidas iniciativas sob a forma de projetos concretos de transporte, infraestrutura e energia (ibid.) Em 2013, ganharia impulso e seria reiniciado com a realização de reuniões informais regulares entre todos os presidentes da região e a UE. Seria organizado pela Eslovénia em conjunto com o presidente francês François Hollande em julho de 2013 e, em 2014, em Dubrovnik, na presença da chanceler alemã Angela Merkel.

Ainda antes, em 2010, o Parlamento esloveno aprovaria uma declaração sobre os Balcãs ocidentais (MFA, 2010a) onde afirmou que o país continuaria a auxiliar estes estados no seu processo de adesão à UE. A declaração deu origem a uma comissão especial para a região, encarregue de elaborar o plano de ação das atividades do país no espaço, e o governo nomearia um coordenador nacional para os Balcãs ocidentais, responsável por supervisionar as atividades. Simultaneamente, um outro documento intitulado *Guidelines for Slovenia's activities on the Western Balkans (Ministry of Foreign Affairs, 2010b)* definiu diretrizes para uma abordagem mais coordenada de todas as entidades regionais. Ao contrário da maioria dos documentos anteriores,

tomados com o fim de auxiliar os países da região na adesão à UE, este documento procurava também criar um ambiente favorável na região a fim de alcançar representação e implementação dos interesses eslovenos (Juvan, 2011, p. 205). Para Zupančič & Hribernik (2011, p. 40) e Bregant (2012, p. 102), estes documentos assinalam a consolidação do direcionamento esloveno para os Balcãs ocidentais e o início de um pensar mais sério e coordenado, defendendo que as anteriores tentativas de definir a política para o espaço mostravam-se flutuantes com as mudanças de governo.

Refira-se também que várias ONG's eslovenas evidenciaram comprometimento. Destacam-se a Associação Eslovena de Relações Internacionais (SDMO) e o Instituto Internacional para o Médio Oriente e Estudos dos Balcãs (IFIMES). Segundo Kunic (2010), estas duas ONG's pesquisaram e discutiram intensamente os problemas da região mesmo no período em que a política externa eslovena se afastou dos Balcãs.

Os esforços da Eslovénia para com a integração europeia dos Balcãs ocidentais seriam ainda reconfirmados na nova Estratégia de Política Externa da Eslovénia adotada em julho de 2015 (MFA, 2015b) e na Declaração de Política Externa do mesmo ano onde "*o aumento da presença da Eslovénia nos Balcãs ocidentais, apoiando ativamente o alargamento da UE e da NATO*" continua listado como prioridade da Política Externa (MFA, 2015a).

A formulação da política externa eslovena no presente assenta-se então no pressuposto de que a estabilidade do país se encontra conjuntamente dependente da conjuntura dos Balcãs ocidentais e da capacidade das suas elites políticas para enfrentar os desafios contemporâneos da NATO e da UE.

3.4. As vantagens comparativas da Eslovénia

Será importante analisar se este auto posicionamento esloveno como um dos principais intérpretes europeus da fomentação do processo de desenvolvimento dos Balcãs ocidentais vai ao encontro de reais capacidades estratégicas e vantagens comparativas, além das condições imediatas já explanadas, como a sua localização geográfica.

Segundo Petrovič (2009, p. 13-14), “a Eslovénia é o ponto de intersecção da maioria dos fatores importantes na formação da imagem europeia dos Balcãs ocidentais”: constituindo uma das ex-repúblicas jugoslavas, possui contato geográfico direto com o espaço, revelando-se o primeiro destes países a se tornar estado membro, assim como, o primeiro dos antigos países socialistas – e do bloco de alargamentos de 2004 e 2007- a assumir a presidência do Conselho da UE.

Dadas as ligações histórico-políticas com os Balcãs ocidentais - robustas pelo resultado de quase cinco décadas sob o bloco jugoslavo e de muitas outras décadas de comunhão sob outros regimes - o país absorveu elementos culturais e valores ímpares que lhe permitem hoje compreender e cooperar com estas nações. As similaridades entre as diferentes línguas são notórias¹⁸ e a cultura balcânica evidencia-se ainda no país, em especial, na arena cultural. Uma forte comunidade oriunda da região vive e trabalha na Eslovénia, a que se juntam os estudantes oriundos do espaço, beneficiantes de bolsas de estudo concedidas pelo governo esloveno (*Slovene Human Resources Development and Scholarship Fund*, 2015).

¹⁸ O esloveno é uma língua eslava ocidental comparável ao atual sérvio e croata. Muitos eslovenos falam servo-croata de forma fluente, resultado da antiga obrigatoriedade curricular e influência cultural. Ainda sob o bloco jugoslavo, T. Magner escrevia que os eslovenos “*não participando na controvérsia da linguagem servo-croata (...) têm um código de sobrevivência altamente desenvolvido que permitiu-lhes ao longo dos séculos existir como nação coesa no meio de vizinhos maiores e mais extravagantes; têm as suas próprias controvérsias de língua (...) mas sem uma questão de divisão nacional*” (1967, p. 339).

Embora o bilateralismo desempenhe o papel essencial na política externa eslovena, a sua dinâmica diplomática enquanto novo estado providenciou uma experiência rara. Segundo Jazbec, em 2010, *“o que é surpreendente é que, apesar de apenas 18 anos de existência da Eslovénia como estado soberano e independente, oito projetos multilaterais surpreendentes¹⁹ foram realizadas em apenas 12 anos. Este parece ser um caso único na história moderna”* (2010, p. 86).

A reputação da Eslovénia entre as antigas repúblicas jugoslavas é geralmente indicada como positiva, embora as pontuais tensões bilaterais (Zupančič & Hribernik, 2011, p. 40). O estado cruzou com sucesso os desafios do período de transição e é *“considerado por toda a literatura como o mais bem-sucedido da Antiga Jugoslávia após esse processo”* (Gracer, 2013, p. 22), revelando-se um *showcase* para estes países (Ralchev, 2013). O país constitui hoje um estado membro plenamente integrado na UE e no seu sistema monetário. A uma posição geográfica vantajosa associaram-se a mão-de-obra qualificada, a infraestrutura adequada para o comércio, uma população homogénea - socialmente estável - e um sector manufatureiro diversificado que se desenvolveu cedo. Possuía ainda laços comerciais bem estabelecidos com os mercados próximos da Europa ocidental (ibid., p. 24) e mostrou capacidade de atração de IDE (Emerging Europe, 2016).

Simultaneamente, o direcionamento do país para o desenvolvimento da região mostra-se bem evidenciado nos dados de alocação de APD. Entre 2012 e 2014, a Eslovénia direcionou uma média de 87% da sua APD bilateral para o continente europeu, maioritariamente para os Balcãs ocidentais, o que coloca o país como aquele

¹⁹ O Quadro 4 expõe alguns dos projetos multilaterais eslovenos e a respetiva intensidade da relação com diferentes regiões. A inclinação para os Balcãs ocidentais é, pois, clara.

que, do ponto de vista percentual, mais aloca - do seu total adjudicado - no território europeu (Quadro 5).

A orientação da Eslovénia para com o desenvolvimento do espaço não será, no entanto, meramente impulsionada por uma postura de solidariedade. O país possui motivações estratégicas fortes resultantes das suas ligações comerciais e o espaço é de grande importância para a internacionalização da sua economia. Até ao ano de 1991, uma grande parte do comércio esloveno estava condicionado ao espaço jugoslavo. Após a independência, a economia eslovena reorientou-se para os mercados ocidentais e quase 70% das suas exportações dirigiam-se, em 2014, para a UE²⁰ (*The Observatory of Economic Complexity*, 2016). Os Investimentos Diretos da Eslovénia no exterior continuam, contudo, maioritariamente nos Balcãs ocidentais: a Eslovénia dedica mais de 70% do seu IDE para estes países²¹ (Fenko & Šabič, 2013, p. 13) e 15% do total das suas exportações (*Government of the Republic of Slovenia*, 2014). O conhecimento dos hábitos de mercado locais dos Balcãs e o vínculo da Eslovénia à Europa garantiram-lhe, já no passado jugoslavo, acesso a produtos ocidentais desejáveis nos mercados das restantes repúblicas, concedendo às suas empresas uma posição competitiva (Udovič, 2011).

Muito além das suas condições imediatas, a participação eslovena num elevado número de iniciativas com a região conduziria à aquisição de desenvoltura no tratamento de matérias com os Balcãs ocidentais. Parece ser também esta experiência e agilidade o que pode ser oferecido à UE, como valor acrescentado, aquando da sua cooperação com o espaço.

²⁰ Note-se, todavia, a já inclusão da Croácia nestes valores, hoje, um dos maiores parceiros comerciais.

²¹ Dados de 2012, incluindo-se ainda a Croácia. No que respeita a valores mais antigos, mas já discriminados, os Investimentos Diretos da Eslovénia ascendiam, em 2009, a 28.5% na Sérvia, 19.7% na Croácia e 12.4% na BiH (Črnčec, 2010, p. 46).

3.5. Os entraves a uma maior voz: os diferendos bilaterais, os novos atores e as oportunidades perdidas

A expressa vontade da República da Eslovénia em se estabelecer como ator importante na cooperação com os Balcãs ocidentais tem encontrado entraves que vão além das suas imediatas restrições demográficas e económicas.

Em evidência, os diferendos bilaterais²² que persistem desde a sua independência, em particular, com a Croácia. Sob a Antiga Jugoslávia, as fronteiras marítimas entre repúblicas não estavam estabelecidas e subsistem problemas com a demarcação da Baía de Piran. A Croácia acredita que a linha de demarcação deve ser executada pelo centro da baía, uma solução contestada pela Eslovénia que perderia o acesso a águas internacionais (Juvan, 2011, p. 205). Sem um acordo mútuo após diversas tentativas falhadas, a Eslovénia bloquearia a adesão croata à UE em 2009. No final do mesmo ano, os governos assinariam um acordo obrigando-se a respeitar a decisão de um tribunal arbitrário, decisão que, à data, ainda se encontra pendente e polémica (Milekic, 2016). Também disputas sobre o reembolso de depósitos na *Ljubljanska banka*²³ estão entre as questões em aberto (Juvan, 2011, p. 205), resultando em nova ameaça de bloqueio à adesão croata em julho de 2012 (Reuters, 2012).

A estes quesitos soma-se a crescente proliferação de atores (Rahten, 2010, p. 140). Os EUA, a Rússia e a China operam na região com os seus próprios fins económico-estratégicos (por exemplo, Marketos, 2008; Ledger, 2016), e outros atores manifestam interesse em renovar a sua presença tradicional no território, particularmente, a Turquia (Tanasković, 2012). Alguns pequenos países europeus têm

²² O Quadro 6 apresenta os principais diferendos bilaterais eslovenos com os países da região.

²³ Em causa, a compensação financeira para os depositantes croatas (e de outras ex-repúblicas jugoslavas) que perderam as suas poupanças na liquidação deste banco jugoslavo, com sede na Eslovénia.

aumentado a sua influência, com destaque para a Áustria (Petrovič, 2009, p. 58) e para a Eslováquia (Rahten, 2010, p. 141) tratando-se, para mais, de nações que não possuem diferendos bilaterais com o espaço. Com a adesão em 2013, também a Croácia procura se assumir como um parceiro credível entre a UE e os Balcãs ocidentais (ibid.). O seu nível de integração na UE ainda se encontra, contudo, distante do evidenciado pelo estado esloveno.

Mostra-se especialmente claro que a Eslovénia não poderá desempenhar um papel-chave no espaço somente pelos seus laços históricos e semelhanças linguísticas: a memória jugoslava tenderá a desaparecer com o renovar das gerações e a conduta eslovena deverá basear-se então também em outros fundamentos (Juvan, 2011, p. 206).

Embora com uma política externa mais consistente no passado recente, alguns autores (por exemplo, Zupančič & Hribernik, 2011) argumentam que o país agiu por vezes de forma excessivamente unilateral, carecendo de maior coordenação com outros países da UE. Um exemplo virá a propósito da conferência inaugural de Brdo, em 2010. A maioria dos líderes da região participaram no primeiro encontro, mas algumas figuras como o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão Europeia estiveram ausentes. Segundo Zupančič & Hribernik (2011, p. 41), tal mensagem poderá ser indicativa de que Bruxelas não vê a Eslovénia como a ponte principal da UE para os Balcãs e que o país não poderá agir por conta própria. Mais, o desejo de ter os mais altos representantes políticos da Sérvia e do Kosovo sentados à mesma mesa não se concretizou: o então presidente sérvio, Boris Tadić recusou-se a participar pela presença do Kosovo, convidado com o estatuto de estado (*The Economist*, 2010).

Os *decision-makers* eslovenos revelariam também contradições no seu discurso, em especial, quando utilizaram os mecanismos de adesão para a resolução de questões

bilaterais. Com políticas mais rigorosas na avaliação do cumprimento das condições croatas para a adesão à UE, a Eslovénia procurou forçar o país a assumir uma atitude de maior comprometimento em relação à disputa fronteiriça. Assim, ainda que apoiando o alargamento da UE para os Balcãs ocidentais, mostrando-se um dos maiores promotores, vetaria a adesão croata à UE, revelando-se, por momentos, contra a posição geral da UE (Rahten, 2010, p. 141). Esta atitude impediu a Eslovénia de assumir uma abordagem mais determinante para a região e reforçou que a sua influência se encontra, a nível formal, muito dependente dos centros de poder.

Finalmente, será necessário apontar que o papel histórico do país como principador dos conflitos e desmembramento jugoslavo ainda não se encontra livre de pontuais repercussões de culpabilização no espaço (*The Economist*, 2008).

Nas palavras de Jelena Juvan (2011, p. 206), o direcionamento da Eslovénia para os Balcãs ocidentais, embora legítimo, parece não ter acontecido sempre por comprometimento honesto, mas por intenções egocêntricas centradas no desejo de evidenciar à Europa “*o que o país pensa que é capaz de fazer, enquanto ao mesmo tempo, nem a Europa nem os países da região lhe reconhecem essa capacidade*”.

3.6. Discussão da estratégia de política externa eslovena

Face ao enunciado, será imperativo discutir se o país conduziu uma política externa materializadora das suas aparentes vantagens comparativas em momentos de atribuição de maior voz aos seus *decision-makers* no contexto da problemática definida.

Aquando da presidência do Conselho da UE no primeiro semestre de 2008, o país conseguiria gerir um elevado número de eventos²⁴. Segundo Ralchev (2013), foi

²⁴ Durante a presidência eslovena foram realizados mais de 8000 eventos: 283 na Eslovénia, 3285 em Bruxelas e 4242 no resto do mundo (*Slovenian Presidency of the EU*, 2008a).

“surpreendentemente bem-sucedido para um país ex-socialista de dois milhões de pessoas: embora tenha precedido o golpe da crise financeira global, assegurou os suaves meses iniciais do Tratado de Lisboa e impulsionou fortemente a perspectiva europeia dos Balcãs ocidentais”. O país logrou somente, contudo, influenciar decisões em áreas onde outros estados-membros não detinham posições nacionais fortes (Bušljeta, 2010, p. 113-114), sendo a perspectiva europeia para os Balcãs Ocidentais a única “*prioridade de interesse nacional*” (Svetličič & Cerjak, 2015, p. 16-17). A lista modesta de prioridades foi consequência da necessidade em negar expectativas pessimistas, optando-se por objetivos realizáveis, mas também reveladora das suas capacidades administrativas limitadas (ibid., p. 30)

Durante a presidência eslovena seria dada especial atenção à questão da independência do Kosovo e o estado declarar-se-ia unilateralmente independente a 17 de fevereiro de 2008. Bregant (2012, p. 106) afirma todavia que a Eslovénia influenciou pouco esse desfecho: a data exata da declaração de independência foi definida pelos Estados Unidos, em concordância com as principais potências europeias, o que evidencia que o novo estado “*não só foi criado longe do próprio Kosovo, como da própria Europa*”. Antes e depois do país declarar a sua independência, no entanto, a Eslovénia envolver-se-ia em diplomacia preventiva, aproveitando a sua credibilidade e imparcialidade entre as entidades rivais para exercer uma *política de balanceamento*. O país promoveu a política da UE, prometendo à Sérvia uma agilização do processo em direção à UE sob a forma do Acordo de Estabilização e de Associação, assistência económica e liberalização dos vistos, caso o país concertasse a independência do Kosovo. Simultaneamente, persuadiu o Kosovo a não executar ações imprevisíveis (ibid.).

Para Bregant (2012, p. 107), o acelerar do processo de liberalização dos vistos para a Sérvia, Macedónia e Montenegro testificou mesmo o sucesso da diplomacia preventiva eslovena durante e após este período. Uma melhorada cooperação vertical e horizontal dos seus trabalhos e o reforço dos contactos informais, porém, teriam conduzido a interesses nacionais mais sólidos (Svetličič & Cerjak, 2015, p. 30-31). Ressalve-se contudo a condição eslovena de novo estado membro e a morosidade do desenvolvimento de relacionamentos fortes informais com outros representantes.

A Eslovénia receberia então “*uma quantidade significativa de louvor*” pela presidência do Conselho da UE (Črnčec, 2010, p. 39). A sua influência sobre a política comum da UE para os Balcãs ocidentais durante este período seria vista, ainda assim, como “*insuficiente, mas fundamental, ou pequena mas positiva*” (Bušljeta, 2010, p. 114). Conquanto isto, salvasse-se as palavras de Damir Črnčec (2010, p. 39): “*seria ilusório esperar que a Eslovénia pudesse ter feito mudanças radicais neste mastodonte burocrático [em referência à UE e ao seu Conselho]*”.

Como referido, após o período de presidência e já em 2010, a Eslovénia promoveria ainda o Processo de Brdo. Para Črnčec (2010, p. 63), “*embora a ausência de alguns chefes de estado (...), o início do Processo de Brdo foi um passo difícil, mas necessário, na direção certa*”. Progressos valiosos seriam registados, os mais claros, na resolução de quesitos de sucessão (Vlačič & Pavliha, 2015, p. 4).

No que respeita aos diferendos bilaterais fronteiriços com a Croácia, e apesar dos impasses, o exemplo positivo de resolução da divergência num formato *ex aequo et bono* no tribunal de arbitragem, poderá impulsionar a futura resolução de outras disputas bilaterais na região através do mesmo modelo (Vlačič & Pavliha, 2015, p. 7).

Conquanto as críticas a que está sujeita e alguns objetivos menos concretizados, a Eslovénia está de facto entre o restrito grupo de fortes defensores da integração europeia dos Balcãs ocidentais e conta entre os países europeus mais ativos na região. Desenhando a partir das suas vantagens geográficas, históricas e político-económicas, combinando as suas ações de política externa com figuras relevantes da UE, a Eslovénia tem provado constituir um parceiro relativamente confiável para a região e para a UE. Os programas de desenvolvimento, a promoção da *good governance*, a alocação de APD, o estímulo pela implementação das reformas da UE, proporcionam então à Eslovénia a possibilidade de se afirmar neste nicho das relações internacionais, obtendo credibilidade na UE como uma ponte entre os Balcãs ocidentais e a UE.

4. CONCLUSÃO

Na História dos Balcãs ocidentais muitas foram as soluções impostas por forças políticas e ideológicas externas sem o claro consentimento dos seus povos. Os resultados foram as divisões, a falta de confiança e os conflitos.

A integração regional destas nações assume-se hoje como pressuposto para o seu desenvolvimento e a perspetiva europeia apresenta-se como um poderoso impulsionador para ultrapassar diferenças e cooperar.

A análise crítica da evolução da política externa do governo esloveno no desenvolvimento e integração europeia dos Balcãs ocidentais mostrou, em resposta ao problema de investigação, que o compromisso da Eslovénia – ainda que sem grandes desfechos – mostrou resultados significativos que lhe colocam como um dos escassos atores externos que melhor poderá mediar soluções no espaço. Esta posição justifica uma maior confiança dos centros de poder nas suas iniciativas. Conceder-lhe esse voto não seria apenas convergente com alguns documentos emanados pela UE que apelam a

uma divisão de tarefas ao nível da cooperação para o desenvolvimento, mas também indulgente à concretização dos objetivos eslovenos de política externa no novo milénio e às suas aspirações na região.

À Eslovénia, como pequeno estado, associam-se condições estratégicas que lhe permitem hoje apresentar desenvoltura na cooperação com o espaço. Em resposta à questão de investigação (1), estas condições concretizam-se, não só, mas também: economicamente, no valor do sucesso da sua transição económica e que resultou numa economia aberta, direcionada para o exterior e com agilidade no trato de questões internacionais, mostrando hoje indícios de uma recuperação económica à crise global; geograficamente, no valor da sua periferia que lhe conferiu um ponto de intersecção e proximidade económica, política, cultural e linguística com a região; historicamente, na experimentação eslovena de uma realidade comum com o espaço e de um percurso de desenvolvimento já efetivado, procurado agora pelas restantes nações da região; e ainda em condições políticas e intangíveis, que se revelam na reputação eslovena positiva no espaço, na experiência assimilada após quase duas décadas de iniciativas, e no seu comprometimento, que por um lado parece afigurar-se por mera solidarização dado o envolvimento com o espaço a vários níveis, mas que se encontra também fortemente condicionado pela dependência aos Balcãs ocidentais dados os imperativos da sua dimensão económico-política e suas aspirações no quadro das relações internacionais.

Na persecução de respostas à questão orientadora (2), os entraves apontados ao país na consecução deste papel mostraram-se intrínsecos às características da sua dimensão que a impelem a uma limitação natural de meios, mas estendem-se também, aos diferendos bilaterais, novos atores e algumas oportunidades perdidas. O país nunca conseguirá de facto sobre-exceder-se na política externa internacional - esse não é, nem

deverá constituir o seu intuito. Os decisores eslovenos não poderão agir isoladamente se pretendem tornar-se parceiros credíveis nas relações internacionais. Por forma a evitar críticas de excesso de unilateralismo, deverão entrelaçar as suas iniciativas com instituições europeias académicas e políticas a todos os níveis - mesmo com a área do *business*. O país deverá continuar ainda a dissipar os seus problemas macroeconómicos por forma a garantir o arranjo conivente ao desenvolvimento da sua política externa.

Conquanto isto, às limitações oriundas da sua condição de pequeno estado deslindam-se oportunidades. O país poderá fazer uso das suas vantagens enquanto pequeno estado na formulação das estratégias de política externa. Forçados a priorizar entre setores por meio da especialização, os pequenos estados não são perfilhados como uma ameaça pelos restantes atores que tendem a mostrar maior tolerância pelos seus limitados interesses nacionais. A Eslovénia deverá sempre procurar beneficiar desta relação não-competitiva e incorporar alguns dos seus interesses nacionais no quadro comunitário. A sua condição permitir-lhe-á mesmo desempenhar o papel de mediador de forma mais honesta e mais orientada para o compromisso. Várias análises mostram que os pequenos estados se revelam, muitas vezes, melhor sucedidos em algumas iniciativas europeias (por exemplo, Baille, 1998; Quaglia & Moxon-Browne, 2006; Schout & Vanhoonacker, 2006). O modelo de cooperação esloveno, apresentando em futuras investigações resultados mais consistentes, poderá juntar-se a estes casos, tornando-se modelo de cooperação passível de ser adaptado e testado em outras regiões globais com dinâmicas semelhantes.

A discussão da experiência eslovena revelaria então, pela pluralidade e significância das suas iniciativas, que os pequenos países podem participar com sucesso na política de âmbito global. Nas palavras de Črnčec (2010, p. 62), “*do ponto de vista*

geopolítico e geoestratégico a posição da Eslovénia é mais sólida do que nunca. É um país moderno que exporta a paz e a estabilidade. No ambiente internacional, as suas palavras são, sem dúvida, muito mais apreciadas que o tamanho do seu território”.

Se as heranças históricas compõem identidades e relacionamentos nas nações europeias do séc. XXI, o presente comprometimento europeu para com os Balcãs encontrar-se-á também no encaço de um legado. O percurso deverá arquitetar-se então pela gênese de uma nova herança onde a riqueza da diversidade do espaço é parte motriz do seu desenvolvimento, numa cooperação não condicionada à integração nas instituições euro-atlânticas mas alicerçada num desejo sincero de cooperação de longo prazo - sem responsabilidades exclusivas de um país da UE ou da região – e em esforços conjuntos.

No dia em que todas as antigas repúblicas jugoslavas estiverem na UE, todas estarão, de certa forma, unidas mais uma vez. Estamos mais próximos.

BIBLIOGRAFIA

Aguilar, S. (2003). *A Guerra da Iugoslávia: Uma Década de Crises nos Balcãs*, 1ª Ed. São Paulo: Usina do Livro.

Álvarez, A. (2008). *A Atuação da ONU no Conflito dos Balcãs (1991-1995): O Institucionalismo, somente uma promessa?* Diploma de bacharel. Centro Universitário de Belo Horizonte.

Alves, T. (2014). El Consejo de Seguridad de la ONU y el Genocidio: Un Análisis de la Retórica y la Práctica de los Miembros Permanentes. In: *VII Congreso de Relaciones Internacionales del IRI*. La Plata, Argentina, 26-28 Noviembre. UNLP, pp. 2-23.

Assembly of the Republic of Slovenia (1991). *Temelji Strategije Zunanje Politike Republike Slovenije [Foundations of the Foreign Policy Strategy of the Republic of Slovenia]*, adopted by the National Assembly of the Republic of Slovenia on March of 1991.

Baille, S. (1998). A Theory of Small State Influence in the European Union. *Journal of International Relations and Development* 1 (3-4), 195-219.

Belloni, R. (2009). The European Integration and the Western Balkans: Lessons, Prospects and Limits. *Journal of Balkan and Near Eastern Studies* 11 (3), 313-331.

Benko, V. (1992). O Vprašanju Prioritet v Zunanji Politiki Slovenije [On the Question of Priorities in the Slovene Foreign Policy]. *Teorija in Praksa* 29 (1), 3-11.

--- (1997). *Znanost o Mednarodnih Odnosih [Science on International Relations]*, 1ªEd. Ljubljana: FDV.

Bislimi, F. (2010). EU Foreign Policy towards Balkans: An Opportunity or a Challenge? *The Western Balkans Policy Review* 1 (1), 29-48.

Boduszynski, M. (2010). *Regime Change in the Yugoslav Successor States: Divergent Paths towards a New Europe*, 1ª Ed. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Bojinovič, A. (2005). Geographical Proximity and Historical Experience as a Basis for Active Foreign Policy Strategy of Small European States: The Case of Austria and Slovenia Regarding the Western Balkans. *Politics in Central Europe* 1 (1), 8-29.

Bregant, P. (2012). Euro Balkan Brotherhood in New Millennium: Foreign Policy Strategy of the Republic of Slovenia towards the Republic of Serbia (2000-2011). *Journal on European Perspectives of the Western Balkans* 4 (1), 95-117.

Brix, E. (2006). Europe Revisited: Neighbourly conflict and the Return of History, *Eurozine* [Em linha]. Disponível em: <http://www.eurozine.com/articles/2006-05-08-brix-en.html> [Acesso em 2016/04/30].

Bučar, B. & Šterbenc, P. (2002). Relations between Large and Small States in a Multilateral Context: A Case Study of U.S.-Slovene Relations Concerning NATO. In Bukowski, C & Šabič, Z., (Eds.) *Small States in the Post-Cold War World, Slovenia and NATO Enlargement*, London: Praeger, pp. 103–127.

Bušljeta, N. (2010). *Impact of the Slovene Presidency to the Council of the European Union on the formation of the Common European Policy on the Western Balkans*. Master's Degree. Univerza v Ljubljani.

Črnčec, D. (2010). Slovenia in Geopolitical and Geostrategic Environment of the 21st Century. *Bilten Slovenske Vojske* 12 (2), 29-66.

Črnčec, D. & Konoplyov, S. (2010). Uvodnik. *Bilten Slovenske Vojske* 12 (2), 7-18.

Damijan, J. (1996). *Majhne Države v Svetovni Trgovini [Small countries in world trade]*, 1^a Ed. Ljubljana: Krtina.

Emerging Europe (2016). Economy Minister: Internationalization is the Key to the Slovenian Economy, *Emerging Europe* [Em linha]. Disponível em: <http://emerging-europe.com/regions/slovenia/internationalisation-is-the-key-to-the-slovenian-economy> [Acesso em: 2016/06/30].

Euro Challenge (2012). Slovenia: An Overview of Slovenia's Economy. *Euro Challenge* [Em linha]. Disponível em <http://www.euro-challenge.org/doc/Slovenia.pdf> [Acesso em: 2016/04/30].

European Commission (2003). *Eu-Western Balkans Summit Thessaloniki 21 June 2003 Declaration* [Em linha]. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-03-163_en.htm [Acesso em: 2016/05/31].

--- (2016). *European Neighbourhood Policy and Enlargement Negotiations* [Em linha]. Disponível em: http://ec.europa.eu/enlargement/countries/check-current-status/index_en.htm [Acesso em: 2016/09/30].

Fenko, A. & Šabič, Z. (2013). Continuity and Change in Slovenia's Foreign Policy: A Comparison to Yugoslavia and an Analysis of the Post-independence Period. In: *8th Pan-European Conference on International Relations*. Warsaw, Poland, 18-21 September 2013. WNPiSM, pp. 2-23.

Foxman, S. (2013). Everything that's wrong with Slovenia: and why it's not the next Cyprus, *Quartz* [Em linha]. Disponível em: <http://qz.com/81836/slovenia-crisis-bailout-debt> [Acesso em: 2016/05/31].

Free US and World Maps Collection (2014). *Royalty Free, Printable US and World Clip Art Maps* [Em linha]. Disponível em: http://www.freeusandworldmaps.com/images/World_Regions_Print/EuropePrintText.jpg [Acesso em: 2016/01/30].

Furlan, S. (2014). The Slovenian Banking and Debt Crisis, *Troika Watch* [Em linha]. Disponível em: <http://www.troikawatch.net/the-slovenian-banking-and-debt-crisis/> [Acesso em: 2016/06/01].

Gallagher, T. (2005). *The Balkans in the New Millennium*, 1^a Ed. London: Routledge.

Gentilini, F. (2007). *Nedokučivi Balkan [Unfathomable Balkans]*, 1^a Ed. Belgrade: Hersperiaedu.

Glas, M., Hisrich, R., Vahcic, A., & Antoncic, B. (1999). The Internationalization of SMEs in Transition Economies: Evidence from Slovenia. *Global Focus* 11 (4), 107-124.

Government of the Republic of Slovenia (2001). *Resolucija o strategiji nacionalne varnosti Republike Slovenije [Resolution on the National Security Strategy of the Republic of Slovenia]*, adopted on the 7th of June 2001.

--- (2014). *Slovenia and the Western Balkans* [Em linha]. Disponível em: http://www.vlada.si/en/projects/slovenia_and_the_western_balkans [Acesso em: 2016/06/30].

--- (2015). *International Challenges and the Internationalisation of the Slovenian Economy* [Em linha]. Disponível em: http://www.vlada.si/en/media_room/newsletter/slovenia_weekly/news/article/international_challenges_and_the_internationalisation_of_the_slovenian_economy_53482/ [Acesso em: 2016/08/31].

Gracer, T. (2013). The Determinants of Economic Growth in the Transitional Economies of the Former Yugoslavia. *The Park Place Economist* 21 (1), 22-30.

Jazbec, M. (2010). Slovenia and its Foreign Policy Outreach in the Black Sea Region: Selected Areas, Aspects and Modalities. *Bilten Slovenske Vojske* 12 (2), 81-91.

Jeffs, N. (2003). Od Postkolonializma do Postsocializma [From Post colonization to Post Socialism]. *Literatura* 15 (143), 80-102.

Juvan, J. (2011). The Role of Slovenia in Stabilization, Integration and Security of Southeastern European Countries: Opportunities Missed. *Security and Peace* 29 (3), 202-207.

Kajnič, S. (2009). The Slovenian Presidency: Meeting Symbolic and Substantive Challenges. *Journal of Common Market Studies* 47 (1), 89-98.

Kunic, J. (2010). The Role of Slovenian Civil Society Organizations in Conflict Resolution in the Western Balkans. In: *3rd International Balkan Congress*. Tekirdağ, Turkey, 28 April - 1 May 2010. TASAM. Disponível em: <http://www.sdmo-drustvo.si/EventDetail.aspx?EventId=165> [Acesso em: 2016/05/31].

Kushi S. & Kushi, O. (2015). Seven Years of Kosovo's Hollow Sovereignty, *New Eastern Europe* [Em linha]. Disponível em: <http://www.neweasterneurope.eu/articles-and-commentary/1496-seven-years-of-kosovo-s-hollow-sovereignty> [Acesso em 2016/06/03].

Ledger, R. (2016). Is Russia winning a battle of hearts and minds in the Western Balkans? *New Eastern Europe* [Em linha]. Disponível em: <http://www.neweasterneurope.eu/articles-and-commentary/1923-is-russia-winning-a-battle-of-hearts-and-minds-in-the-western-balkans> [Acesso em: 2016/04/01].

Lejko, I. & Bojnec, Š. (2011). The Internationalization of Slovenian SMEs: The Born Global Concept in Transition Economies, Managing Sustainability. In: *Proceedings of the 12th Management International Conference*. Portorož, Slovenia, 23-26 November 2011. University of Primorska, pp. 345-362.

Macdonald, A. (2015a). How Slovenia turned itself around, *Politico* [Em linha]. Disponível em: <http://www.politico.eu/article/slovenia-turns-itself-around-greece-bailout-bank-crisis> [Acesso em: 2016/06/01].

--- (2015b). As Slovenia's recovery continues, Croatia's is just starting, *Financial Times* [Em linha]. Disponível em: <https://www.ft.com/content/22d8dd2e-e432-3127-9f44-b6b090c1ad11> [Acesso em: 2016/05/30].

Magner, T. (1967). Language and Nationalism in Yugoslavia. *Canadian Slavic Studies* 1 (3), 333-347.

Marketos, T. (2008). European Energy Security and the Balkans: A Battleground for the U.S. - Russia Struggle for the Geostrategic Control of Eurasia. *Central Asia & Central Caucasus Press* 53 (5), 55-65.

Meurs, W. (2000). The Balkans and New European Responsibilities. *Strategy Paper Presented to the Special Meeting of "The Club of the Three and the Balkans"*. Brussels, 29–30 June. Bertelsmann Stiftung.

Milekic, S. (2016). Court Resumes Hearings on Croatia-Slovenia Dispute. *Balkan Insight* [Em linha]. Disponível em: <http://www.balkaninsight.com/en/article/croatia-slovenia-arbitration-court-continues-despite-violations--07-01-2016> [Acesso em: 2016/07/01].

Minchev, O. (2010). Conclusion. In: IRIS, (Eds.) *The Western Balkans: Between the Economic Crisis and the European Perspective*, Sofia: Institute for Regional and International Studies, pp. 127-129.

Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Slovenia (1999). *Deklaracija o zunanji politiki Republike Slovenije [Declaration on Foreign Policy of the Republic of Slovenia]*, adopted by the National Assembly of the Republic of Slovenia on the 17th of December 1999.

--- (2002). *Primerna zunanja politika – Temeljne prvine zunanje politike Republike Slovenije ob vključevanju v evroatlantske povezave [An appropriate foreign policy – the basic elements of Slovene foreign policy in its integration in Euro-Atlantic alliances]*, adopted by the Government of the Republic of Slovenia on the 10th of October 2002.

--- (2010a). *Deklaracija o Zahodnem Balkanu [Declaration on the Western Balkans]*, adopted by the National Assembly on the 15th of July 2010.

--- (2010b). *Smernice za delovanje Republike Slovenije do Zahodnega Balkana [Guidelines for Slovenia's policy in the Western Balkans]*, adopted by the Government of the Republic of Slovenia on the 8th of July of 2010.

--- (2015a). *Deklaracija o zunanji politiki Republike Slovenije [Declaration of Foreign Policy of the Republic Of Slovenia]*, adopted by the National Assembly of the Republic of Slovenia on the 10th of July 2015.

--- (2015b). *The Foreign Policy of the Republic of Slovenia. Slovenia: Safe, Successful, Globally Respected*, adopted by the Government of the Republic of Slovenia on July 2015.

Mirčev, D. (2014). The Balanced and Even Development of the Balkans as a Peace. In: Ostojić, P., Bradley, J. and Kawato, A., (Eds): *Proceedings of the 10th International Conference on Reconciliation, Tolerance and Human (ECPD)*. Belgrade, Serbia, 24-25 October 2014. ECPD, pp. 212-225.

Mouritzen, H. (1998). *Theory and Reality of International Politics*, 1^a Ed. Aldershot: Ashgate.

New Eastern Europe (2016). Five Things to Watch in Central and Eastern Europe in 2016, *New Eastern Europe* [Em linha]. Disponível em: <http://neweasterneurope.eu/articles-and-commentary/1847-5-things-to-watch-in-central-and-eastern-europe-in-2016> [Acesso em: 2016/05/01].

OECD (2016). *Development Aid at a Glance: Statistics by Region: Europe 2016 Edition* [Em linha]. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/stats/documentupload/5%20Europe%20-%20Development%20Aid%20at%20a%20Glance%202016.pdf> [Acesso em: 2016/05/01].

Oreskovic, L. (2012). Slovenia's Membership of the Euro is only partly to blame for the Country's Economic Problems, *European Politics and Policy at LSE* [Em linha]. Disponível em: <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2012/12/05/slovenia-eu-economy> [Acesso em: 2016/04/30].

Pantovic, M. (2016). Study Shows Young Serbs Turning Against EU, *Balkan Insight* [Em linha]. Disponível em: <http://www.balkaninsight.com/en/article/serbia-s-youth-is-getting-more-eu-sceptic-07-28-2016> [Acesso em: 2016/07/30].

Petrič, E. (1996). Zunanja politika majhnih držav [Foreign policy of Small States]. *Teorija in Praksa* 33 (6), 876–897.

Petrovič, T. (2009). *A Long Way Home: Representations of the Western Balkans in Political and Media Discourses*, 1^a Ed. Ljubljana: Mirovni Inštitut.

Qorraj, G. (2010). Integrating the Western Balkans into the European Union: Overcoming Political and Economic Constraints. *Journal on European Perspectives of the Western Balkans* 2 (2), 79-92.

Quaglia, L. & Moxon-Browne, E. (2006). What makes a good EU Presidency? Italy and Ireland compared. *Journal of Common Market Studies* 44 (2), 349–368.

Rahten, A. (2010). Slovenia and EU Policy in the Western: A Historian's Perspective. *Bilten Slovenske Vojske* 12 (2), 133-144.

Ralchev, S. (2013). Is Slovenia Becoming the Greece of the North Balkans? *German Marshall Fund* [Em linha]. Disponível em: <http://www.gmfus.org/blog/2013/02/22/slovenia-becoming-greece-north-balkans> [Acesso em: 2016/05/31].

Regional Cooperation Council (2003). *South East Europe 2020 Strategy: Jobs and Prosperity in a European Perspective*. Adopted by European Union on November 2013.

Reuters (2012). Slovenia Threatens to Block Croatia EU Entry over Bank Dispute, *Reuters* [Em linha]. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/us-eu-croatia-slovenia-idUSBRE86M0GT20120723> [Acesso em 2016/05/01].

Šabič, Z. (2002). Small States Aspiring for NATO Membership: Some Factors Influencing the Accession Process. In: Bukowski, C. and Šabič, Z., (Eds.) *Small States in the Post-Cold War World, Slovenia and NATO Enlargement*, London: Praeger, pp. 1-24.

Schout A. & Vanhoonacker, S. (2006). Evaluating presidencies of the Council of the EU: Revisiting Nice. *Journal of Common Market Studies* 44 (5), 1051–1077.

Selan, A. (2010). Transformation of Regional Cooperation in Defense Reforms: A Case Study of Southeast Europe Clearinghouse 2010. *Bilten Slovenske Vojske* 12 (2), 153-167.

Silva, J. (2013). A Integração Mundial da Pequena Economia e o Caso Português. In: Lopes J., Santos J., Aubyn M., e Santos S., (Eds.) *Estudos de Homenagem a João Ferreira do Amaral*, Coimbra: Almedina, pp. 623-659.

Slovene Human Resources Development and Scholarship Fund (2015). *Call for applications for the award of scholarship for postgraduate study of nationals of Western Balkans in Slovenia for the year 2016* (202. JR). Disponível em: http://www.sklad-kadri.si/fileadmin/dokumenti/Razpisi/202-javni_razpis/202_JR_-_Z_Balkan_nov_razpis_-cistopis.pdf [Acesso em: 2016/08/31].

Slovenian Presidency of the EU (2008a). *Slovenian EU Council Presidency 2008 in Figures* [Em linha]. Disponível em: http://www.eu2008.si/en/News_and_Documents/Press_Releases/June/0630UKOMstevilkePEUd41d.html? [Acesso em: 2016/08/30].

--- (2008b). *Slovenian Presidency Programme* [Em linha]. Disponível em: http://www.eu2008.si/includes/Downloads/misc/program/Programme_en.pdf [Acesso em: 2016/07/30].

Statistical Office of the Republic of Slovenia (2016). Statistični Urad Republike Slovenije [Em linha]. Disponível em: <http://www.stat.si/StatWeb/en/home> [Acesso em: 2016/08/31].

Stoyanova, R. (2011). Role and Positioning of Serbia in the Process of Integration of Western Balkan Countries into the European Union. *Journal Diplomacy of the Bulgarian Diplomatic Institute* 6 (1), 174-184.

Svetličič, M. & Cerjak, K (2015). Small Countries' EU Council Presidency and the Realisation of their National Interests: The Case of Slovenia. *Croatian International Relations Review* 21 (74), 5-39.

Szemlér, T. (2008). EU Financial Support for the Western-Balkans: Well-Suited to Real Needs? In: CEUENS, (Eds.) *Using IPA and other EU Funds to Accelerate Convergence and Integration in the Western Balkans*, Budapest: Center for EU enlargement studies, pp. 9-22.

Tanasković, D. (2012). Turkey and the Balkans: Old Traditions, New Aspirations. *Israel Journal of Foreign Affairs* 6 (2), 51-62.

The Economist (2008). Slovenia's Place in Europe, *The Economist* [Em linha]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/10753142> [Acesso em: 2016/04/30].

--- (2010). Failed Balkans Summitry: Serbia Ruins an Attempt at Western Balkan Unity, *The Economist* [Em linha]. Disponível em: <http://www.economist.com/node/15756946> [Acesso em: 2016/03/01].

The Global Economy (2016). *Slovenia: Exports, Percent of GDP* [Em linha]. Disponível em: <http://www.theglobaleconomy.com/Slovenia/Exports> [Acesso em 2016/06/01].

The Observatory of Economic Complexity (2016). *Slovenia Trade Balance Exports* [Em linha]. Disponível em: http://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/svn/#Trade_Balance [Acesso em 2016/06/30].

Udovič, B. (2011). Slovene Commercial Diplomacy in the Western Balkan Countries. *Communist and Post-Communist Studies* 44 (4), 357–368.

Verbič, M., Srakar, A., Majcen, B. & Čok, M. (2016). Slovenian Public Finances through the Financial Crisis. *Teorija in Praksa* 53 (1), 203-227.

Vesnic-Alujevic, L. (2012). *European Integration of Western Balkans: From Reconciliation to European Future*. Brussels: Centre for European Studies.

Vlačič, P. & Pavliha, M. (2015). Slovenia as a Bridge between Italy and the Balkans. *Cultura Giuridica e Diritto Vivente* 2 (1), 1-12.

Woehrel, S. (2009). *Future of the Balkans and U.S. Policy Concerns*. Report for Congress. Washington DC: Congressional Research Service.

Zupančič, M. (2003). Manjše Države v Evropski Uniji: Kako do Vpliva? [Smaller states in the European Union: How to Gain Influence?]. In: Gaber, S., Šabič, Z. and Žagar, M., (Eds.) *Prihodnost Evropske Unije [The Future of the European Union]*, Ljubljana: Državni Svet Republike Slovenije, pp. 95-109.

Zupančič, R. & Hribernik, M. (2011). Small States as Contributing Nations to the EU's Normative Power: The Case of Slovenia. *Romanian Journal of European Affairs* 11 (4), 34-49.

ANEXOS

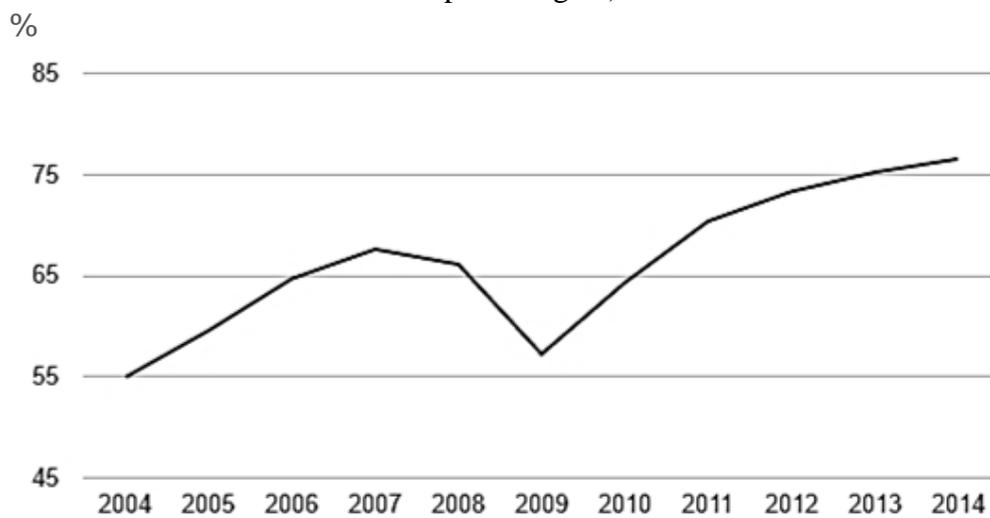
Figuras

Figura 1 – Mapa Geográfico da Península Balcânica



Fonte: *Free US and World Maps Collection* (2014) (adaptado).

Figura 2 - As Exportações de bens e serviços eslovenos em função do PIB (em percentagem)



Fonte: *The Global Economy* (2016).

Figura 3 – Evolução da Taxa Anual de Crescimento do PIB esloveno (em percentagem)



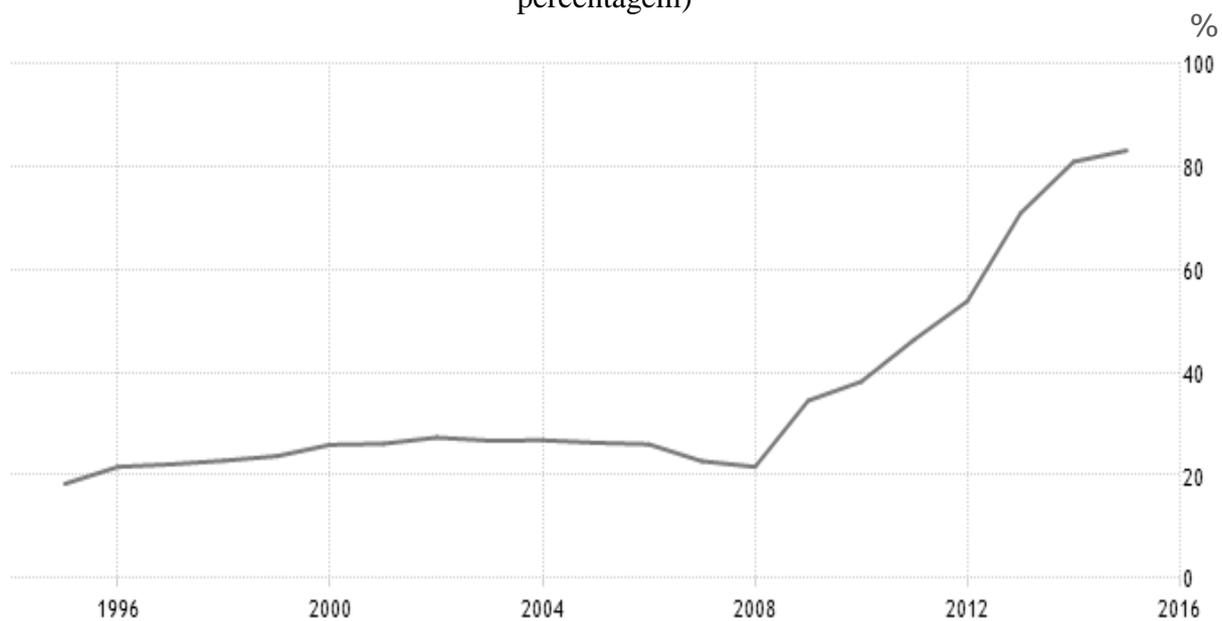
Fonte: *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

Figura 4 – Evolução da Taxa de Desemprego da Eslovénia (em percentagem)



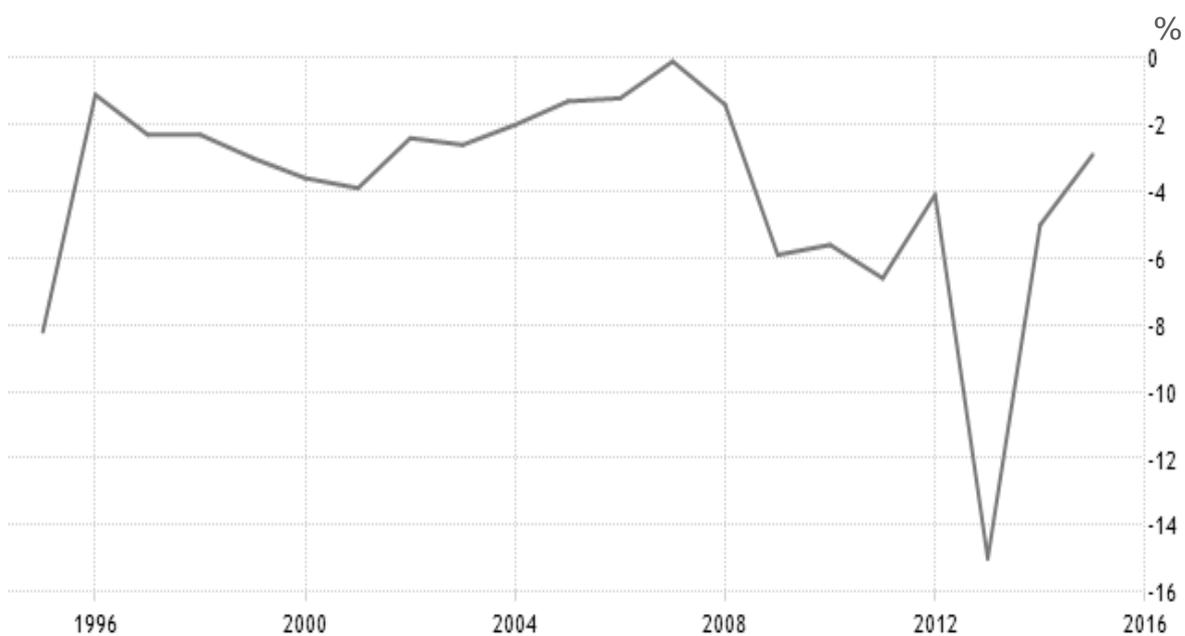
Fonte: *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

Figura 5 – Evolução da Dívida do Governo esloveno em função do PIB (em percentagem)



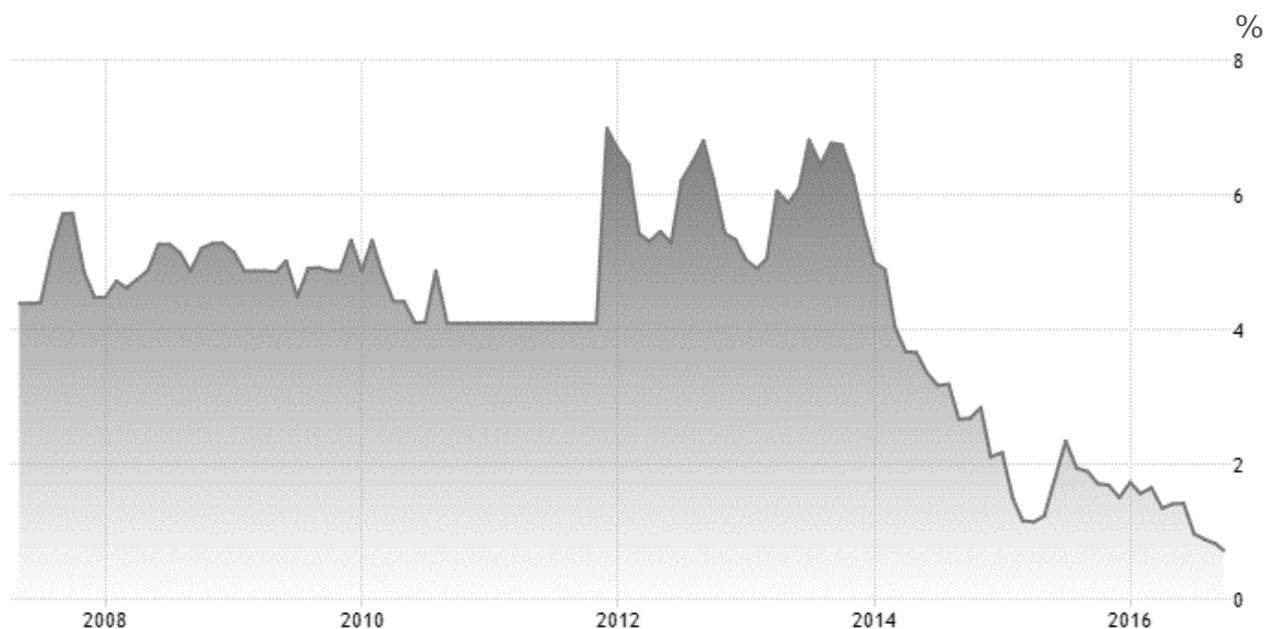
Fonte: *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

Figura 6 – Evolução do Défice Orçamental da Eslovénia (em percentagem)



Fonte: *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

Figura 7 – Evolução das *Yields* das Obrigações eslovenas a 10 anos (em percentagem)



Fonte: *Statistical Office of the Republic of Slovenia* (2016).

Quadros

Quadro 1 - Os dez maiores recetores europeus de APD em 2014 (valores alocados, a preços correntes e em milhões de dólares)

1	Turkey	3442	40%
2	Ukraine	1404	16%
3	Bosnia and Herzegovina	632	7%
4	Kosovo	580	7%
5	Moldova	517	6%
6	Serbia	371	4%
7	Albania	280	3%
8	Former Yugoslav Republic of Mac	211	2%
9	Belarus	120	1%
10	Montenegro	102	1%
	Other recipients	955	11%
Total		8 613	100%

Fonte: *OECD* (2016, p. 2) (adaptado).

Quadro 2 – Constituição populacional, religiosa e étnica dos países dos Balcãs (dados da Sérvia incluem a região do Kosovo).

Country	Population	Religion (%)	Ethnicities (%)
Albania	2.7 millions	56% Muslim; 10% Catholic; 6,7% Orthodox	95% Albanian; 3% Greeks; 2% Others
BiH	3.8 millions	40% Muslim; 31% Orthodox; 15% Catholic	48% Bosniaks; 37% Serbs 14% Croats
Bulgaria	7,3 millions	60% Orthodox; 7,8% Muslim; 21% Unknown	83.9% Bulgarians 9.4% Turks 4.7% Roma
Croatia	4.3 millions	87% Catholic; 4,4% Orthodox; 2,9% Agnostic	89.6% Croats 4,5% Serbs, 0.5% Bosniaks
Greece	11 millions	98% Orthodox; 1% Muslim; 1% Other	98% Greeks, 2% Other
Macedonia	2 millions	70% Orthodox; 25% Muslim; 5% Other	64.2% Macedonians; 25.2% Albanians
Montenegro	622.000	72% Orthodox; 19% Muslim; 3,4% Catholic	43% Montenegrins 32% Serbs 8% Bosniaks
Serbia	7.2 million	84% Orthodox; 4,9% Catholic; 3,1% Muslim	66% Serbs 17% Albanians 3.5% Hungarians
Slovenia	2 millions	57,8% Catholic; 15,6% Didn't answer; 10% Atheist	93.1% Slovenians 1.8% Croats 2% Serbs

Fonte: Mirčev, D. (2014, p. 213-214).

Quadro 3 – Algumas das principais iniciativas europeias com foco nos Balcãs

Name of the initiative	Year	Purpose
Thessaloniki Agenda	2003	Development of SAP
Sarajevo Declaration	2005	Refugees/displaced people
RECOM	2006	War crimes facts
MAARI regional forum	2007	Migration and trafficking
Brdo process	2010	Mutual support, bilateral issues
Istanbul declaration	2010	Common future through political dialogue

Fonte: Vesnic-Alujevic. L. (2012, p. 31).

Quadro 4 - Projetos Multilaterais eslovenos e a intensidade da sua relação com a região dos Balcãs Ocidentais (WB), a totalidade do Sudeste Europeu (SEE) e a região do Mar Negro (BSR)

No	Year	Project	SEE	WB	BSR	Topics
1.	1998/99	UN SC	○	●	○	Collective Security
2.	1994/2004	NATO	○	●	○	Collective Defense
3.	1994/2004	EU	○	●	○	Crisis Management
4.	2005	OSCE	○	■	■	Cooperative Security
5.	2005/06	HSN	○	●	○	Soft Security
6.	2006/07	IAEA	○	○	●	Nuclear Security
7.	2008	EU	○	■	●	Crisis Management
8.	2009	CoE	○	●	●	Human Rights

(Quadrados mais escuros indicativos de relações mais fortes)

Fonte: Jazbec, M. (2010, p. 86).

Quadro 5 - Os dez maiores doadores europeus de APD ordenados por percentagem do seu total alocado entre 2012 e 2014 (valores alocados, a preços correntes e em milhões de dólares)

	2012	2013	2014	3-year average	Europe as % of each donor's aid
					2012-2014
1 Slovenia	10	10	12	11	87%
2 Greece	49	7	7	21	59%
3 Slovak Republic	5	5	5	5	47%
4 Czech Republic	19	18	26	21	38%
5 Poland	28	34	41	34	36%
6 Austria	130	121	127	126	31%
7 Switzerland	175	207	236	206	14%
8 Sweden	167	150	185	167	8%
9 Germany	423	593	891	636	8%
10 Luxembourg	24	16	15	18	8%
Other DAC countries	1 034	852	1 677	1 188	4%
Total DAC countries	2 065	2 013	3 222	2 433	4%

Fonte: *OECD* (2016, p. 4).

Quadro 6 – Principais Diferendos Bilaterais eslovenos para com os Balcãs Ocidentais.

Países	Conflitos de Sucessão	Conflitos Pós-Independência
Bósnia e Herzegovina	- Conflitos em aberto com os depositantes da Ljubljanska Banka;	-
Croácia	- Diferendos bilaterais fronteiriços a serem resolvidos sobre o tribunal de arbitragem; - Questões em aberto com os depositantes da Ljubljanska Banka; - Desentendimentos sobre a gestão da Central Nuclear de Krško localizada na Eslovénia, próximo da fronteira com a Croácia, e detida por duas empresas estatais, uma eslovena e outra croata.	- Ameaça eslovena de veto à concessão de estatuto de país candidato à Croácia, devido à proclamação croata de uma <i>Ecological-Fishing Protection Zone</i> no Adriático em 2003 (resolvido em Junho de 2011); - Bloqueio esloveno do encerramento do capítulo da negociação da UE com a Croácia, desde finais de 2008, dados os diferendos fronteiriços (pendente da decisão do tribunal de arbitragem desde novembro de 2009); - Ameaça de bloqueio à adesão croata em 2012, dado o conflito da Ljubljanska Banca (parcialmente resolvido em fevereiro de 2013).
República da Macedônia	(Questões em aberto sobre os depositantes da Ljubljanska Banka resolvidas à data)	-
Kosovo	-	-
Montenegro	-	-
Sérvia	-	- O reconhecimento esloveno do Kosovo afeta altamente os <i>trade flows</i> entre os dois países; - Disputas sobre a nacionalização de ativos de empresas Eslovenas;

(-) Indicativo de que não existem quesitos significativos em aberto;

Fonte: Fenko, A. & Šabič, Z. (2013, p. 14) (adaptado).